



GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA - SEFAZ
SECRETARIA ADJUNTA DO TESOURO ESTADUAL
COORDENADORIA DE CONTABILIDADE



BALANÇO GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ – 2013





GOVERNADOR DO ESTADO
CARLOS CAMILO GÓES CAPIBERIBE

SECRETÁRIA DE ESTADO DA FAZENDA
JUCINETE CARVALHO DE ALENCAR

SECRETÁRIO ADJUNTO DO TESOURO
LUIZ AFONSO MIRA PICAÑO

SECRETÁRIA ADJUNTA DA RECEITA
LANA DE NAZARÉ TELES DO NASCIMENTO

ASSESSOR TÉCNICO
EDUARDO CORRÊA TAVARES

COORDENADORA DE CONTABILIDADE
MARIA ELIZA ROSSIGNOLI





EQUIPE TÉCNICA DA COORDENADORIA DA CONTABILIDADE

MARIA ELIZA ROSSIGNOLI
KÁTIA ROBERTA VIERIA FAÇANHA
KÉDNA DA SILVA NASCIMENTO
ALMERINDO LEITE FARIAS FILHO
ROSA DE ALMEIDA GUTERRES
RAIMUNDA LINA DA SILVA
RAIMUNDO JORGE DE ALCANTARA PENALBER
ESTELA MÁRCIA PICANÇO DAMASCENO
ANA FRANCELINA DOS SANTOS LOBATO
ADMIRDE MARIA SERRÃO DOS SANTOS
PEDRO NAZARENO DA CRUZ PINHEIRO
LUIZ CARLOS ARAÚJO DA SILVA
JÉSSICA FERREIRA DE BRITO - Estagiária

EQUIPE DE APOIO

ANA DA SILVA SANTOS
MARIA DE FÁTIMA COUTO DE ARAGÃO
MARIA NAZILDA DA CRUZ ALMEIDA

APOIO TÉCNICO CONTÁBIL E TECNOLÓGICO

Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão -
SIPLAG/Logus Tecnologia
Origem dos Dados/Relatórios
Gerente de TI do SIPLAG/SEPLAN/SEFAZ



APRESENTAÇÃO

Apresentamos o Balanço Geral do Estado do Amapá, relativo ao exercício de 2013, constituindo-se na Prestação de Contas do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Amapá, SR CARLOS CAMILO GÓES CAPIBERIBE, para que seja remetida à Egrégia Assembleia Legislativa, em cumprimento às disposições contidas na Constituição Estadual.

Na composição do Balanço Geral do Estado do Amapá e seus demonstrativos, obedeceu-se as normas de direito financeiro estabelecidos pela Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas a responsabilidade da gestão fiscal, e estão de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e Procedimentos Contábeis contidos nos Manuais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP da Secretaria do Tesouro Nacional- STN.

A classificação orçamentária e contábil das despesas está apresentada no exercício de 2013 por órgãos, unidade orçamentária, função, sub-funções, programas, projetos atividade, natureza da despesa e fonte de recursos.

O Governo do Estado do Amapá, na busca pela eficiência na gestão e no equilíbrio fiscal das contas públicas, vem se posicionando dentro dos limites de gastos estipulados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Pessoal, Dívida, Operações de Créditos, Garantias e outros). Além da observância ao ordenamento vigente, o esforço fiscal para garantir a condição de regularidade e adimplência de suas obrigações tributárias e contratuais viabiliza o Estado do Amapá a acessar recursos para a realização de investimentos relevantes e sem precedentes, em prol de toda a sociedade amapaense. O Balanço Geral demonstra a observância ao equilíbrio das contas públicas, a superação dos limites para gastos com educação e saúde, e o incremento da receita própria do Estado.

As informações que integram o Balanço Geral do Estado foram extraídas do SIPLAG e contemplam os dados consolidados de todos os Poderes e órgãos da Administração Pública Estadual.





SUMÁRIO

I.	Introdução	7
II.	Orçamento	8
1.	Orçamento Inicial.....	8
2.	Alterações Orçamentárias	9
3.	Gestão Financeira.....	10
	Execução Orçamentária	10
	Comparativo da Receita Orçamentária Efetivada	12
	Comportamento da Receita Tributária	13
	Transferências Correntes.....	14
	Repasse aos Municípios	15
	Valores Repassados aos Poderes.....	16
	Demonstrativo da Execução Orçamentária.....	18
	Despesa Orçamentária.....	21
III.	RESULTADOS CONTÁBEIS	23
4.	Balanço Orçamentário.....	23
5.	Balanço Financeiro	24
6.	Balanço Patrimonial.....	25
7.	Variações Patrimoniais	26
IV.	INDICADORES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS	27
8.	Relatório de Gestão Fiscal	27



Despesa de Pessoal.....	27
Dívida Consolidada Líquida	28
Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa	29
Operações de Crédito	30
9. Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO	31
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino- MDE	32
Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde	33
V. NOTAS EXPLICATIVAS.....	34
Particularidades dos Poderes - Consolidação.....	35
VI. Considerações Finais.....	37
VII. Mensagem do Governador	38
VIII. Relação de Unidades	51
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	51
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	52
FUNDOS.....	53



I. INTRODUÇÃO

O Balanço do Estado do Amapá é um importante instrumento de informações econômicas e fiscais para a sociedade, visto que nele se traduzem as execuções orçamentárias, financeiras, patrimoniais e fiscais do Governo.

A responsabilidade pela elaboração do Balanço Geral do Estado é da Coordenadoria de Contabilidade - CCONT da Secretaria de Estado da Fazenda/SEFAZ, as informações que integram o Balanço Geral do Estado foram extraídas do Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Gestão – SIPLAG.

Além da legislação vigente, a Coordenadoria de Contabilidade/SEFAZ preocupou-se em acompanhar e atender os normativos que estão sendo editados pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, quanto aos procedimentos, práticas, elaboração e divulgação das demonstrações contábeis, para torná-las convergentes às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, que demonstra o compromisso do Governo do Estado em a cada dia, se aprofundar na aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal e de mais legislações pertinentes à gestão dos recursos públicos.

Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária (bimestral) e de Gestão Fiscal (quadrimestral) foram elaborados e publicados em tempo hábil, no Diário Oficial do Estado, e encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado e à Secretaria do Tesouro Nacional, através do SISTN.

Agradecemos a todos que, direta ou indiretamente contribuíram para a elaboração deste Balanço Geral do Governo do Estado, com destaque para a Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN, que tem trabalhado de forma coordenada e harmônica com a SEFAZ desde o advento da reestruturação ocorrida no final de 2013, através da Lei nº 1.774/13.

A premissa deste trabalho é a contribuição para a gestão transparente das contas governamentais referente ao exercício de 2013 e que retrata com fidelidade e de forma prática, os resultados orçamentários, financeiros e patrimoniais, através dos órgãos da Administração Pública Estadual, regidos pela Lei Federal 4.320/64.



II. ORÇAMENTO

1. ORÇAMENTO INICIAL

O Orçamento do Estado para o exercício financeiro de 2013, aprovado pela Lei 1.729 de 11 de janeiro de 2013, estimou a Receita e fixou a Despesa em R\$ 4.418.786.167,00 (quatro bilhões, quatrocentos e dezoito milhões, setecentos e oitenta e seis mil, cento e sessenta e sete reais), compreendendo:

I – O Orçamento Fiscal, referente aos Poderes do Estado, seus Fundos, Órgãos e Entidades da Administração Pública Estadual Direta e Indireta, inclusive Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

II – O Orçamento da Seguridade Social, abrangendo todas as Entidades e Órgãos a ele vinculados, da Administração Pública Estadual direta e Indireta, bem como os Fundos e Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;

III – O Orçamento de Investimento das Empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital com direito a voto.

A tabela a seguir, apresenta por categoria econômica a receita estimada e a despesa fixada:

Demonstrativo da Receita Estimada e Despesa Fixada por Categoria Econômica		
CATEGORIA ECONÔMICA	R\$	%
Receitas Correntes	3.848.234.979,00	93,47%
Tributária	659.235.072,00	15,02
Contribuições	116.936.654,00	3,01
Patrimonial	177.011.296,00	4,15
Agropecuária	155.000,00	0,00
Industrial	103.810,00	0,00
Serviços	3.695.195,00	0,09
Transferências Correntes	2.871.487.540,00	70,80
Outras Receitas Correntes	19.610.412,00	0,40
Receitas De Capital	346.321.070,00	0,60
Operações de Crédito	332.580.000,00	0,24
Alienação de bens	193.774,00	0,00
Transferências de Capital	13.547.296,00	0,36
Receita C. Intra-Orçamentária	224.230.118,00	5,93
Total da Receita Estimada	4.418.786.197,00	100,00
Despesas Correntes	3.164.018.616,00	77,71
Pessoal e Encargos Sociais	1.978.138.376,00	46,25
Juros e Encargos da dívida	32.220.045,00	0,72
Outras Despesas Correntes	1.153.660.195,00	30,74
Despesas de Capital	694.701.872,00	10,67
Investimentos	613.274.155,00	8,39
Inversões Financeiras	15.953.240,00	0,36
Amortização da Dívida	65.474.477,00	1,92
Reserva de Contingência	42.716.529,00	0,92
Reserva de RPPS	420.550.839,00	10,70
Despesa C. Intra-Orçamentária	96.798.211,00	0,00
Total da Despesa Fixada	4.418.786.167,00	100,00



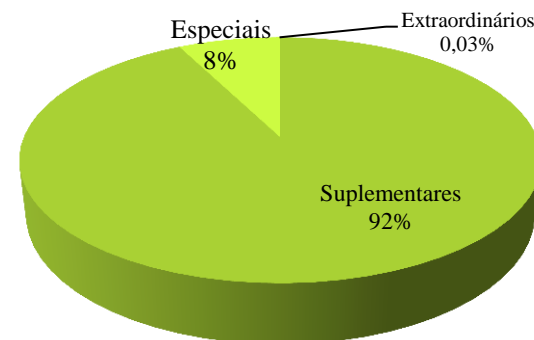
2. ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

De forma a **viabilizar as metas e prioridades da** Administração Estadual, e de acordo com as **disposições da legislação em vigor**, o Governo do Estado realizou no decorrer do exercício, as alterações no Orçamento Inicial, conforme discriminado na tabela a seguir apresentada:

Discriminação	R\$
Orçamento Inicial	4.418.786.167,00
Créditos Adicionais	2.035.003.585,00
- Suplementares	1.880.564.927,00
- Especial	153.888.658,00
- Extraordinários	550.000,00
Anulação de dotações	724.106.389,00
Novos Créditos Autorizados	1.117.690.623,00
- Excesso de Arrecadação	193.062.115,00
Tesouro	0,00
Convênios	193.062.115,00
- Superávit Financeiro	5.151.237,00
- Operação de Crédito	919.477.271,00
Orçamento Fiscal Autorizado	5.729.683.363,00

As alterações Orçamentárias ocorridas no exercício de 2013, foram necessária, vista que, ao longo da execução orçamentárias surgiu necessidade de despesas não previstas ou insuficientemente orçadas anteriormente. Para que tais necessidades sejam supridas, a administração abriu Créditos Adicionais, que foram:

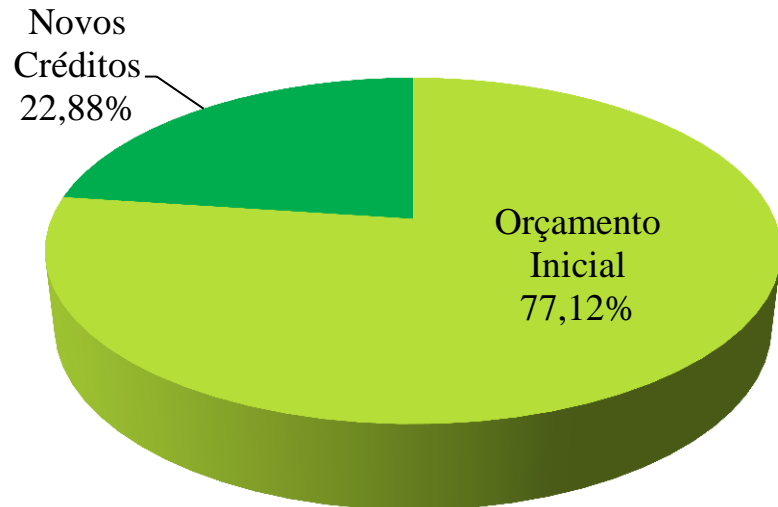
- **Suplementares** no valor de R\$. 1.880.564.927,00 (um bilhão, oitocentos e oitenta milhões, quinhentos e sessenta e quatro mil e novecentos e vinte e sete reais), destinados a reforço de dotação orçamentária;
- **Especiais** no valor R\$ 153.888.658,00 (cento e cinquenta e três milhões, oitocentos e oitenta e oito mil e seiscentos e cinquenta e oito reais), destinado a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- **Extraordinários** no valor de R\$ 550.000,00 (quinhentos e cinquenta mil reais), destinados a despesa urgentes e imprevistas, em ação de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.





Conforme a tabela apresentada, o **Orçamento Inicial** representou **77,12%**, e os **novos créditos autorizados** representaram um acréscimo de **22,88%**, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

- **Orçamento Inicial: 77,12%**
- **Novos Créditos Autorizados: 22,88%**
 - Excesso de Arrecadação: 6,35%
 - Superávit Financeiro: 0,90%
 - Operação de Crédito: 15,63%



3. GESTÃO FINANCEIRA

Execução Orçamentária

O resultado financeiro decorrente da gestão orçamentária apresenta-se positiva no montante de **R\$ 34.684.850,41**. O resumo do comportamento do orçamento programa no decorrer do exercício pode ser assim retratado:

1 – Receita	
Prevista	5.729.683.363,90
Arrecadada	4.516.148.319,40
Realização Inferior	1.213.535.043,60
2 – Despesa	
Fixada	4.418.786.167,00
Créditos Adicionais	2.035.003.585,00
Soma	6.453.789.752,00
(-) Créditos Anulados	-724.106.389,00
Autorização Final	5.729.683.363,00
Despesa Realizada	4.481.367.347,76
Realização Inferior	1.248.316.015,24
3 – Déficit de Arrecadação	1.213.535.043,60
(-) Incremento da Despesa (Créditos Adicionais – Deduções)	1.310.897.176,00
(+) Economia Orçamentária	1.248.316.015,24
Superávit da Execução Orçamentária	34.780.971,64



A tabela abaixo demonstra um comparativo entre a **Previsão Atualizada** e a **Receita Realizada**, por categoria econômica, caracterizando desta forma um Déficit de arrecadação de 21,18% .

CATEGORIAS ECONÔMICAS	Receita		Variação (%)	Participação (%)
	Previsão Atualizada	Realizada		
<u>Receitas Correntes</u>				
Tributária	919.554.816,00	906.016.400,54	-1,47	20,06
(-) Fundeb Receita Tributária	-97.903.137,00	-122.792.366,59	25,42	-2,72
Contribuições Sociais	116.936.654,00	40.696.025,62	-65,20	0,90
Patrimonial	181.672.200,00	29.637.444,38	-83,74	0,65
Agropecuária	155.000,00	105.475,00	-31,95	0,002
Industrial	334.001,00	149.720,00	-55,17	0,003
Serviços	7.612.208,00	4.907.126,29	-35,54	0,11
Transferências Correntes	3.566.966.464,00	3.059.233.083,35	-14,23	67,74
(-) Fundeb Transferências Correntes	-525.044.489,00	-457.289.875,97	-12,90	-10,13
Outras Receitas Correntes	49.787.948,00	172.757.546,40	246,99	3,83
(-) Fundeb Outras Receitas Correntes	-835.315,00	-1.633.494,35	95,55	-0,04
<u>Receita Intra-Orçamentária</u>	224.230.118,00	53.116.829,50	-76,31	1,18
Soma	4.443.466.468,00	3.684.903.914,17	-17,07	81,59
<u>Receitas de Capital</u>				
Operações de Crédito	1.252.057.271,00	831.074.168,10	-33,62	18,40
Alienação de Bens	242.149,00	170.237,13	-19,70	0,004
Transferências de Capital	33.917.475,00	0,0	-100,00	0,0
Soma	1.286.216.895,00	831.244.405,23	-35,37	18,41
TOTAL	5.729.683.363,00	4.516.148.319,40	-21,18	100,00



Comparativo da Receita Orcamentária Efetivada
(crescimento em relação ao ano anterior).

CATEGORIAS ECONÔMICAS	2011	%	2012	%	2013	%
RECEITAS CORRENTES						
Tributária	622.470.163,76	11,78	843.193.008,47	35,46	906.016.400,54	7,45
Contribuição	79.489.850,85	225,87	92.564.034,56	16,45	40.696.025,62	-56,03
Patrimonial	190.427.216,16	31,06	364.437052,57	91,38	157.851.585,94	-56,71
Agropecuária	170.284,40	-14,70	110.360,00	-35,19	105.475,00	-4,43
Industrial	48.108,00	100,00	169.953,00	253,27	149.720,00	-11,91
Serviços	3.504.756,21	14,48	3.664.310,04	4,55	4.907.126,29	33,92
Transferências Correntes	2.663.371.202,03	19,51	2.781.770.157,36	4,45	3.059.233.083,35	9,97
Outras Receitas Correntes	20.956.388,98	35,82	26.777234,05	27,78	172.757.546,40	545,17
RECEITA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	162.942.794,44	304,62	91.214.485,65	--44,02	53.116.829,50	-41,77
SOMA	3.743.380.764,83	24,20	4.203.900.595,70	12,30	4.394.737.672,31	4,54
RECEITAS DE CAPITAL						
Operações de Crédito	85.326.981,30	390,24	510.887.300,53	498,74	831.074.168,10	62,67
Alienação de Bens	42.600,00	42,00	5.700,00	-86,24	170.237,13	2886,62
Transferências de Capital	7.764.453,99	113,94	0,00	-100,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SOMA	93.134.035,29	342,14	510.893.000,53	448,56	831.244.405,23	62,70
DEDUÇÃO DA RECEITA						
FUNDEB Receita Tributária	(81.029.691,18)	5,48	(106.757.455,84)	31,75	-122.792.366,59	15,02
Desvalorização em Investimento	(55.060.551,67)	0,00	(31.329.910,54)	56,90	-128.214.141,56	309,24
FUNDEB Transf. Correntes	(412.220.899,12)	23,11	(425.416.809,99)	3,20	-457.289.875,97	7,49
FUNDEB Outras R Correntes			(2.601.186,24)		-1.633.494,35	-37,20
SOMA	(548.311.141,97)	33,19	(566.105.362,61)	14,77	-709.929.878,47	25,41
TOTAL	3.288.203.658,15	25,34	4.148.688.233,62	21,13	4.516.148.319,40	8,85



Comportamento da Receita Tributária

A Receita Tributária alcançou neste exercício o montante de R\$ 906 milhões, correspondente a 20,06% da receita total do Estado. (Sem considerar a dedução de 20% para a formação do FUNDEB).

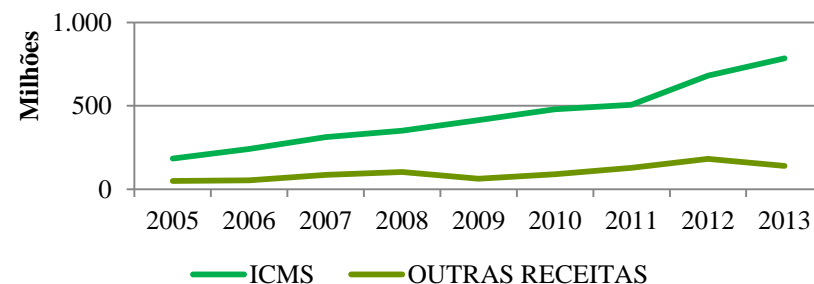
Merece destaque o ICMS, que alcançou R\$ 784 milhões, correspondendo a 86,59% do total da receita tributária do Estado.

ANO	REALIZADA	PREVISÃO	I N C R E M E N T O			
			S/ ARRECADAÇÃO		S/ PREVISÃO	
			NOMINAL	%	NOMINAL	%
2010	556.877.038,55	590.964.966,00	86.034.024,00	15,45	124.343.105,00	21,04
2011	622.470.163,76	469.119.064,00	65.593.125,21	10,54	-121.845.902,00	-25,97
2012	843.193.008,47	623.226.433,00	219.966.575,47	26,09	154.107.369,00	24,73
2013	906.016.400,54	919.554.816,00	62.823.392,07	7,45	296.328.383,00	47,55

* Estão demonstrados os valores de previsão e Arrecadação da receita tributária sem a dedução de 20% para a formação do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Básica – FUNDEB.

A Composição da Receita Tributária do Estado está demonstrada na tabela a seguir, demonstrando que o esforço fiscal empreendido pelo Estado do Amapá resultou em relevante crescimento de sua principal receita própria, o ICMS:

IMPOSTOS	877.973.837,73	96,90%
ICMS	784.483.253,11	86,59%
IPVA	49.865.785,04	5,50%
ITCD	666.500,40	0,07%
IRRF	42.958.299,18	4,74%
TAXAS	28.042.562,81	3,10%
TOTAL	906.016.400,54	100,00%

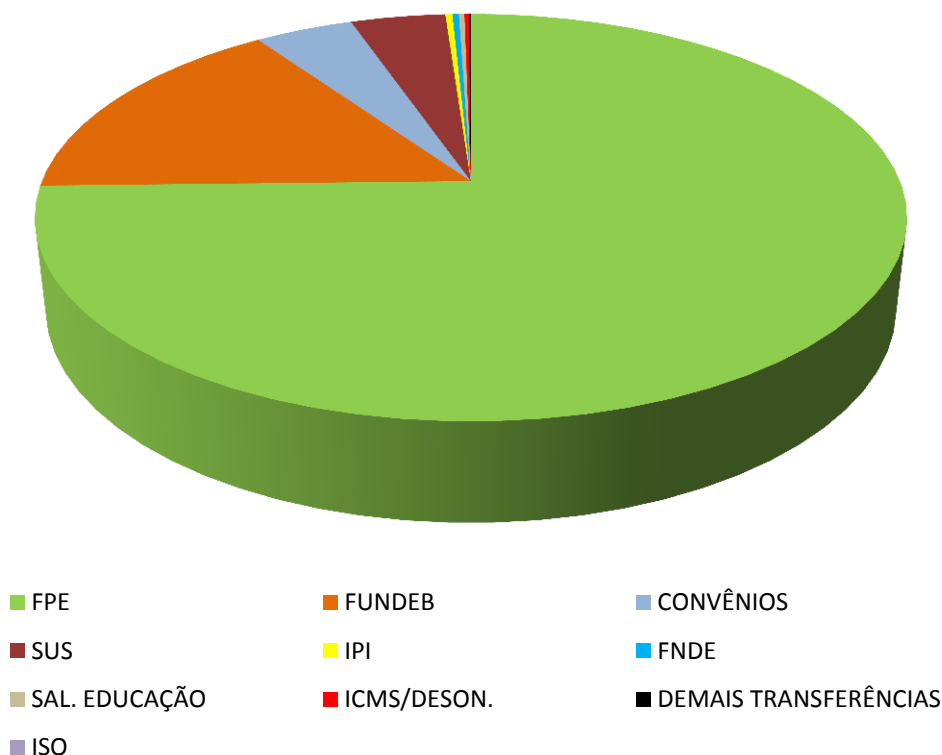




Transferências Correntes

O montante das Transferências Correntes no exercício de 2013 totalizou o montante de **R\$ 3.059.233.083,35**, o que representou 67,74% da Receita Total do Estado, sem considerar a dedução para a formação do FUNDEB.

Os recursos do FPE no valor de **R\$ 2.273.422.779,75**, participou com **50,34%** da Receita Total do Estado de **R\$ 4.516.148.319,40**.



CATEGORIA ECONÔMICA	R\$	%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.059.233.083,35	78,63
FPE	2.273.422.779,75	58,44
IPI	9.442.442,83	0,24
SAL. EDUCAÇÃO	7.556.238,21	0,19
ISO	85.722,74	0,002
SUS	127.428.449,03	3,28
FNDE	8.760.336,97	0,23
ICMS/DESON.	5.944.770,00	0,15
FEP	8.890.467,17	0,23
RECURSOS HÍDRICOS	1.205.152,16	0,03
RECURSOS MINERAIS	2.989.688,61	0,08
FUNDEB	478.846.117,52	12,31
CONVÊNIOS	132.252.961,25	3,40
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS	2.407.957,11	0,06
CAPITAL	831.244.405,23	21,37
Operação de Crédito	831.074.168,10	21,36
Alienação de Bens	170.237,13	0,001
Outras Receitas Transferências	0,0	0,00
TOTAL	3.890.477.488,58	100



Repasses aos Municípios

Por força de dispositivo constitucional 25% da arrecadação do ICMS pertencem aos municípios, restando 75% para o Estado. Assim para os municípios foram repassados em 2013 R\$ 180.625.711,39 da parcela devida dos tributos estaduais (ICMS e IPVA), sendo R\$ 158.475.865,17 do ICMS (25%) e R\$ 22.149.846,22 de IPVA (50%). Registra-se que

ESPECIFICAÇÃO MUNICÍPIOS	IMPOSTO		TOTAL
	ICMS	IPVA	
Macapá	80.206.192,80	18.466.235,95	98.672.428,75
Santana	27.021.661,45	2.498.449,89	29.520.111,34
Laranjal do Jarí	2.908.058,11	262.001,91	3.170.060,02
Ferreira Gomes	2.516.141,58	73.766,82	2.589.908,40
Amapá	2.015.432,51	52.905,70	2.068.338,21
Tartarugalzinho	1.723.216,84	37.620,40	1.760.837,24
Calçoene	1.867.966,30	38.118,22	1.906.084,52
Oiapoque	2.503.771,13	216.840,37	2.720.611,50
Mazagão	2.184.432,76	140.469,63	2.324.902,39
Porto Grande	3.549.421,66	140.578,33	3.689.999,99
Pracuúba	1.721.647,12	9.291,68	1.730.938,80
Itaubal	1.339.027,16	7.772,08	1.346.799,24
Cutias	1.343.646,37	14.069,78	1.357.716,15
Serra do Navio	1.560.017,25	50.692,85	1.610.710,10
Pedra Branca do Amapari	24.031.110,13	121.117,27	24.152.227,40
Vitória do Jarí	1.984.122,00	19.915,34	2.004.037,34
TOTAL	158.475.865,17	22.149.846,22	180.625.711,39

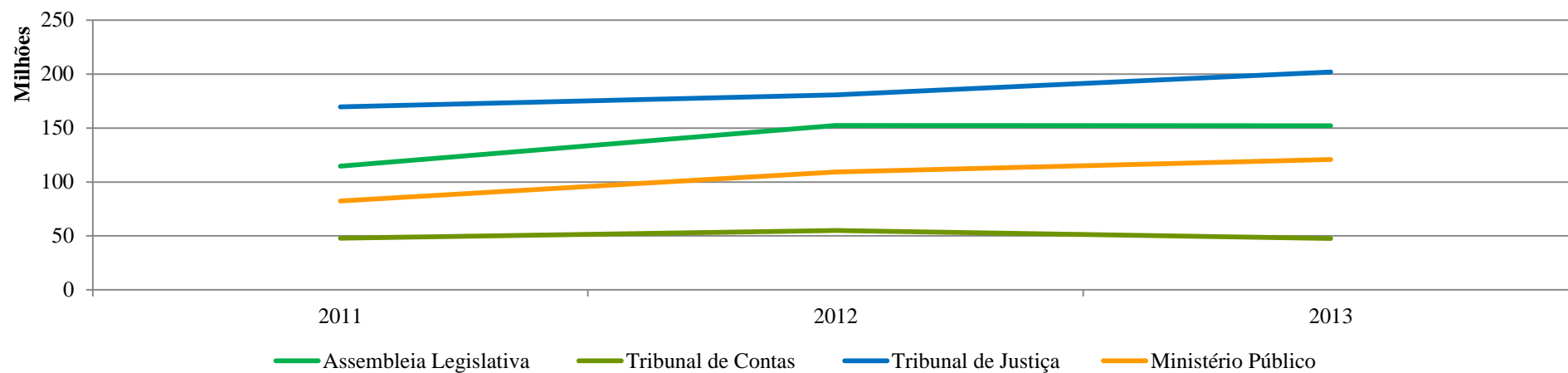


Valores Repassados aos Poderes

Conforme se observa no quadro a seguir, no exercício de 2013 foi repassado aos Poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público, recursos no montante de R\$. 522.514.782,23, com um acréscimo de 5,10% em relação ao exercício anterior.

PODERES	2013	Evolução	2012	Evolução	2011
Assembleia Legislativa	152.000.000,19	-0,25	152.388.119,18	32,97	114.605.513,13
Tribunal de Contas	47.728.450,07	-13,18	54.971.169,89	14,51	48.005.466,51
Tribunal de Justiça	201.991.452,00	11,84	180.607.907,00	6,53	169.536.218,98
Ministério Público	120.794.879,97	10,61	109.204.782,32	32,46	82.446.011,00
T O T A L	522.514.782,23	5,10	497.171.978,39	19,92	414.593.209,62

A representação gráfica demonstra relativa estabilidade da distribuição, com reduzido aumento da participação do Tribunal de Justiça e do Ministério Público no total dos repasses:





Demonstrativo da Execução Orçamentária

Unidade Gestora	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Créditos Concedidos	Créditos Recebidos	2013				
					Despesas Executadas	%/Autorizada	Diferença	%/Diferença	
010101 - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA	132.000.000	154.000.000	-	-	129.614.485,30	84,17%	24.385.514,70	18,81%	
020101 - TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO	48.000.000	49.461.636	-	-	47.539.865,79	96,11%	1.921.770,21	4,04%	
030101 - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO	207.000.000	210.155.371	-	-	203.276.730,01	96,73%	6.878.640,99	3,38%	
030301 - FUNDO DE MANUT E REAPAR. DA JUSTIÇA	3.080.274	5.490.162	-	-	5.282.483,20	96,22%	207.678,80	3,93%	
030302 - FUNDO DE APOIO AOS JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE	951.726	2.118.534	-	-	299.504,67	14,14%	1.819.029,33	607,35%	
040101 - MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DO AMAPÁ	124.000.000	126.226.743	-	-	122.905.993,09	97,37%	3.320.749,91	2,70%	
040301 - FUNDO ESPECIAL DE APOIO E DESENV DO MINISTÉRIO PÚBLICO	100.000	100.000	-	-	-	0,00%	100.000,00	0,00%	
060101 - GABINETE DO GOVERNADOR	6.448.793	6.010.575	-	-	5.963.077,87	99,21%	47.497,13	0,80%	
070101 - PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	1.875.900	2.273.175	-	-	2.226.367,49	97,94%	46.807,51	2,10%	
070301 - FUNDO PROG	100.120	100.120	-	-	-	0,00%	100.120,00	0,00%	
080101 - SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO GOVERNO/AP EM BRASÍLIA	950.000	480.855	-	-	461.841,32	96,05%	19.013,68	4,12%	
090101 - SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO	18.680.000	15.518.684	-	-	15.480.252,95	99,75%	38.431,05	0,25%	
090201 - RÁDIO DIFUSORA DE MACAPÁ	720.240	749.340	-	-	558.771,52	74,57%	190.568,48	34,10%	
110101 - GABINETE DO VICE-GOVERNADOR	700.001	870.747	-	-	645.005,87	74,08%	225.741,13	35,00%	
130101 - SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO	711.966.324	767.195.870	-	-	745.111.376,71	97,12%	22.084.493,29	2,96%	
130103 - SISTEMA INTEGRADO DE ATEND AO CIDADÃO	5.500.000	5.579.926	-	-	5.561.882,98	99,68%	18.043,02	0,32%	
130203 - ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO AMAPÁ	2.500.000	1.314.671	-	-	1.245.108,24	94,71%	69.562,76	5,59%	
130204 - AMAPÁ PREVIDÊNCIA	439.564.002	439.600.716	-	-	11.412.328,93	2,60%	428.188.387,07	3751,98%	
130205 - AMAPA PREVIÊNCIA PLANO FINANCEIRO	55.519.544	55.519.544	-	-	36.872.071,27	66,41%	18.647.472,73	50,57%	
130206 - AMAPÁ PREVIDENCIA PLANO PREVIDENCIÁRIO	5.916.581	5.916.581	-	-	927.005,58	15,67%	4.989.575,42	538,25%	
140101 - SECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL	13.580.200	3.126.613	-	-	3.125.774,70	99,97%	838,30	0,03%	
150101 - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TESOURO	328.912.103	521.992.487	-	-	521.901.948,40	99,98%	90.538,60	0,02%	
150201 - CENTRO DE GESTÃO DA TECNOL. DA INFORMAÇÃO	4.394.300	7.172.492	-	-	4.271.140,97	59,55%	2.901.351,03	67,93%	
150202 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ	8.500.398	3.779.945	-	-	2.718.472,36	71,92%	1.061.472,64	39,05%	
160101 - AUDITORIA GERAL DO ESTADO	800.240	254.478	-	-	254.476,03	100,00%	1,97	0,00%	
170101 - OUVIDORIA GERAL DO ESTADO	250.120	111.486	-	-	111.347,32	99,88%	138,68	0,12%	



180101 - SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES	600.120	520.483	-	-	461.776,27	88,72%	58.706,73	12,71%
200101 - SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA	397.956.898	799.453.913	-	-	422.025.011,19	52,79%	377.428.901,81	89,43%
200205 - DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO	18.053.134	24.499.134	-	-	13.598.148,51	55,50%	10.900.985,49	80,17%
210101 - SECRETARIA DE ESTADO DO TRANSPORTE	93.195.325	370.817.384	-	-	297.367.980,83	80,19%	73.449.403,17	24,70%
220101 - SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO	3.000.840	7.333.663	-	-	4.093.472,24	55,82%	3.240.190,76	79,16%
220201 - JUNTA COMERCIAL DO AMAPÁ	1.212.020	1.709.020	-	-	1.457.907,59	85,31%	251.112,41	17,22%
220202 - INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS	1.422.058	1.862.058	-	-	1.748.288,80	93,89%	113.769,20	6,51%
230101 - SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL	14.200.000	31.408.876	-	-	31.001.935,70	98,70%	406.940,30	1,31%
230201 - INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO AMAPÁ	5.579.735	8.478.102	-	-	6.074.918,59	71,65%	2.403.183,41	39,56%
230203 - AGÊNCIA DE PESCA DO AMAPÁ	3.544.819	4.544.819	-	-	3.347.146,35	73,65%	1.197.672,65	35,78%
230204 - AGÊNCIA DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA	1.365.740	667.459	-	-	644.165,63	96,51%	23.293,37	3,62%
230205 - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA DO AMAPÁ	2.500.000	1.772.759	-	491.829,00	2.159.499,34	121,82%	105.088,66	4,87%
230301 - FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ	15.178.210	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
240101 - SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	5.400.000	8.890.691	-	-	8.003.465,67	90,02%	887.225,33	11,09%
240302 - FUNDO DE APOIO AO MICROEMPREENDEDOR E DO DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO	5.312.373	114.710	-	-	107.355,00	93,59%	7.355,00	6,85%
250101 - SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA	2.080.000	1.524.585	533.364,00	-	919.601,01	60,32%	71.619,99	7,79%
250201 - INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ	5.594.132	5.019.365	-	-	3.251.570,19	64,78%	1.767.794,81	54,37%
250202 - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ	12.654.054	8.219.044	-	45.005,00	7.595.687,37	92,42%	668.361,63	8,80%
250203 - FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAPÁ	600.120	1.100.120	-	533.364,00	816.235,79	74,20%	817.248,21	100,12%
250301 - FUNDO DE AMPARO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	350.200	350.200	-	-	-	0,00%	350.200,00	0,00%
260101 - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE	1.400.003	340.090	-	-	340.084,80	100,00%	5,20	0,00%
260201 - INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO TERRITORIAL	4.103.853	2.370.303	-	303.564,00	2.388.621,69	100,77%	285.245,31	11,94%
260301 - FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS PARA O MEIO AMBIENTE	2.816.600	4.751.600	1.010.647,00	-	248.390,92	5,23%	3.492.562,08	1406,07%
260302 - FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO AMAPÁ	1.500.000	1.500.000	-	-	-	0,00%	1.500.000,00	0,00%
270101 - SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO	4.250.200	3.362.675	-	-	2.898.859,45	86,21%	463.815,55	16,00%
280101 - SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO	924.195.463	993.526.230	-	-	926.949.195,67	93,30%	66.577.034,33	7,18%



290101 - SECRETARIA DE ESTADO DO DESPORTO E DO LAZER	8.000.000	12.237.261	-	-	9.555.725,49	78,09%	2.681.535,51	28,06%
290301 - FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO ESTADO DO AMAPÁ	250.120	400.120	-	-	290.120,00	72,51%	110.000,00	37,92%
300101 - SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE	-	-	-	594.154.324,73	561.882.834,47	0,00%	32.271.490,26	5,74%
300201 - INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO AMAPÁ	961.207	1.066.207	-	7.199.466,00	7.134.063,29	669,11%	1.131.609,71	15,86%
300202 - LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DO AMAPÁ	-	-	-	6.501.623,34	5.656.736,24	0,00%	844.887,10	14,94%
300301 - FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE	543.434.886	674.218.885	624.304.768,61	16.449.354,54	16.449.354,53	2,44%	49.914.116,40	303,44%
310101 - SECRETARIA DE ESTADO DA INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL	5.040.000	3.319.294	-	-	3.285.909,79	98,99%	33.384,21	1,02%
310201 - FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	3.603.552	7.100.162	-	-	5.725.255,66	80,64%	1.374.906,34	24,01%
310301 - FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	96.596.461	88.225.095	-	-	85.734.129,35	97,18%	2.490.965,65	2,91%
310302 - FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	250.120	324.528	-	-	-	0,00%	324.528,00	
310303 - FUNDO ESTADUAL DO PASSE SOCIAL ESTUDANTIL	-	426.536	-	-	426.535,20	100,00%	0,80	0,00%
320101 - DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO	1.200.000	634.009	-	-	619.796,53	97,76%	14.212,47	2,29%
330101 - SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA	10.462.541	27.601.563	-	-	13.864.951,60	50,23%	13.736.611,40	99,07%
330201 - INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO AMAPÁ	700.240	700.240	-	-	589.809,62	84,23%	110.430,38	18,72%
330202 - INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO	15.000.000	13.650.345	-	-	11.823.177,85	86,61%	1.827.167,15	15,45%
330301 - FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL	438.215	698.215	-	-	649.416,20	93,01%	48.798,80	7,51%
340101 - POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ	9.010.000	9.010.000	-	170.249,00	8.957.468,67	99,42%	222.780,33	2,49%
350101 - POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAPÁ	6.000.000	5.474.145	-	-	5.384.208,38	98,36%	89.936,62	1,67%
360101 - CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	5.115.353	5.441.479	552.113,70	-	4.579.023,08	84,15%	310.342,22	6,78%
360301 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	920.000	2.425.617	-	552.113,70	2.924.446,51	120,57%	53.284,19	1,82%
370101 - POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA	3.010.080	2.312.671	-	-	2.256.193,79	97,56%	56.477,21	2,50%
380101 - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA	16.000.000	20.419.336	-	-	19.533.751,19	95,66%	885.584,81	4,53%
390101 - SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA	-	151.063.359	-	-	101.836.627,83	67,41%	49.226.731,17	48,34%
400101 - SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO	-	32.930.031	-	-	6.863.011,52	20,84%	26.067.019,48	379,82%
410101 - CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ	-	746.231	-	-	78.169,80	10,48%	668.061,20	854,63%
900101 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	42.716.629	-	-	-	-	0,00%	-	0,00%
TOTAL	4.418.786.167	5.729.683.363	626.400.893,31	626.400.893,31	4.481.367.347,76	78,21%	1.248.316.015,24	27,86%



Despesa Orçamentária

A despesa orçamentária é o fluxo que deriva da utilização de crédito consignado no orçamento da entidade, podendo ou não diminuir a situação líquida patrimonial (MCASP, 2012). São gastos realizados pelos entes públicos a fim de viabilizar o funcionamento e manutenção dos serviços públicos prestados à sociedade.

Vale frisar que a despesa orçamentária no presente Balanço, representa os valores consolidados por todos os Poderes e por todas as fontes de recursos.

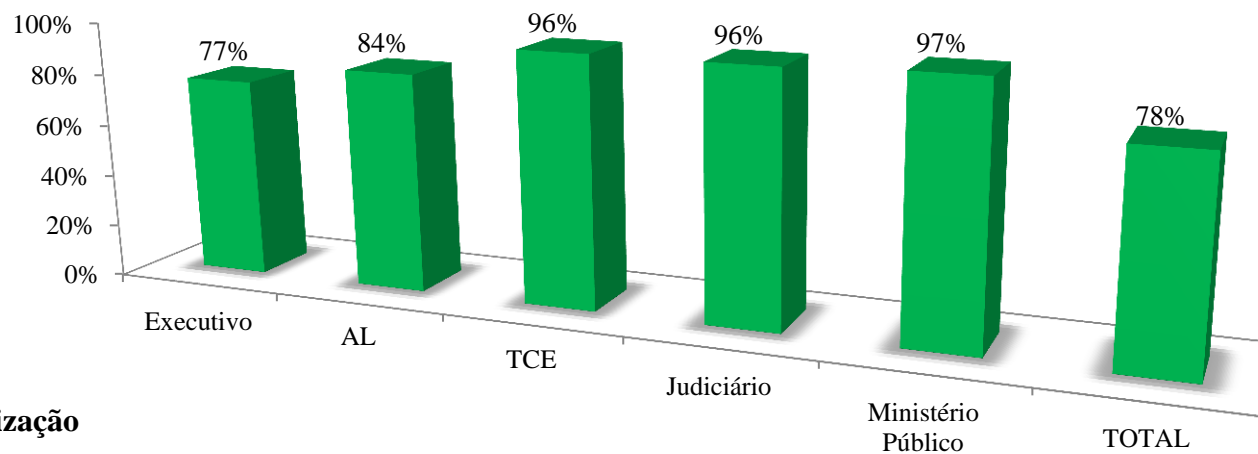
A tabela abaixo mostra um comparativo entre a **Despesa Autorizada** e a **Realizada**, por categoria econômica, caracterizada com uma variação Economia Orçamentária de **R\$ 1.248.316.015,24**, ou seja, 27,86% **a menor**.

CATEGORIAS ECONÔMICAS	Despesa		Variação
	Fixação	Realizada	
<u>Despesas Correntes</u>			
Pessoal e Encargos Sociais	2.120.875.539,00	2.022.102.017,37	98.773.521,63
Juros e Encargos da Dívida	50.820.045,00	47.957.401,54	2.862.643,46
Outras Despesas Correntes	1.460.648.355,14	1.328.185.424,58	132.462.930,56
Soma	3.632.343.939,14	3.398.244.843,49	234.099.095,65
<u>Despesas de Capital</u>			
Investimentos	1.036.951.453,86	502.974.350,48	533.977.103,38
Inversões Financeiras	295.562.654,00	274.011.556,96	21.551.097,04
Amortização da Dívida	344.274.477,00	306.136.596,83	38.137.880,17
Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS	420.550.839,00	0,00	420.550.839,00
Soma	2.097.339.423,86	1.083.122.504,27	1.014.216.919,59
TOTAL	5.729.683.363,00	4.481.367.347,76	1.248.316.015,24

Verifica-se, na tabela abaixo, a participação de cada um dos Poderes na Despesa total Autorizada e Realizada no exercício de 2013:



DESPESA		
PODERES	AUTORIZADA	REALIZADA
Executivo	5.182.130.917,00	3.972.448.285,70
Legislativo	203.461.636,00	177.154.351,09
- AL	154.000.000,00	129.614.485,30
- TCE	49.461.636,00	47.539.865,79
Judiciário	217.764.067,00	208.858.717,88
Ministério Público	126.326.743,00	122.905.993,09
TOTAL	5.729.683.363,00	4.481.367.347,76





III. RESULTADOS CONTÁBEIS

4. BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Balanço Orçamentário evidenciará a execução orçamentária das receitas previstas e as despesas fixadas, conforme o art. 102 da Lei n 4320/64 e também o disposto no art. 52 da LRF.

No exercício de 2013, o Balanço Orçamentário apresenta um superávit orçamentário de R\$ 34.780.971,64, ou seja as receitas superaram as despesas, conforme demonstrado na tabela abaixo:

TÍTULOS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	TÍTULOS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO
Receitas Correntes	3.848.234.979,	3.631.787.084,67	Despesas Correntes	3.260.472.211,	3.398.244.843,49
Receita de Capital	346.321.070,	831.244.405,23	Despesas de Capital	695.046,488,	1.083.122.504,27
Receitas Intra-Orçamentárias	224.230.118,	53.116.829,50	Reserva de Contingência	42.716.629,	0,00
			Reserva do RPPS	420.550.839,	0,0
Soma			Soma		4.481.367.347,76
			Superávit Orçamentário		34.780.971,64
TOTAL	4.418.786.167,	4.516.148.319,40	TOTAL	4.418.786.167,	4.516.148.319,40

Um dos fatores que contribuíram para o resultado positivo foram as ações relacionadas ao ICMS: em 2013 a meta para a arrecadação de ICMS foi estabelecida no valor de R\$ 619 milhões, e a arrecadação própria total de R\$ 750 milhões, considerando todo o cenário nacional de desonerações, queda da balança comercial e previsão de crescimento do PIB em torno de 3%.

Com o esforço fiscal do Governo do Estado, os resultados foram mais positivos: atingiu-se o valor de R\$ 778 milhões de ICMS, superando em 25,7% o previsto, e um aumento de 15% em relação ao exercício anterior, resultado superior às médias regional e nacional. A receita própria total, apesar da frustração de algumas receitas (IRRF e dívida ativa), apresentou crescimento de mais de 6%, alcançando o valor de R\$ 912 milhões, valor 21,6% acima do previsto pela LOA.



5. BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço financeiro, previsto no Anexo 13 da Lei 4.320/64, e demonstrado no Balanço Geral do Estado, conforme os modelos editado pelo MCASP da 5 edição, e expõe de forma sintética as disponibilidades existentes no início e no final do exercício, juntamente com as receitas e Despesas Orçamentárias e Extra-Orçamentárias.

1 – Receita	13.536.604.830,42
Disponibilidades Transferidas de 2012	3.047.131.565,91
Ingressos Oriundos da Execução Orçamentária	4.516.148.319,40
Operações Financeiras Extra-Orçamentárias	5.973.324.945,11
2 – Despesa	13.536.604.830,42
Dispêndio Proveniente da Execução Orçamentária	4.481.367.347,76
Operações Financeiras Extra-Orçamentárias	5.609.987.108,64
Disponibilidade Transferida para 2013	3.445.250.374,02

Superávit Financeiro:

Considerando que a **Receita Arrecadada**, no valor de **R\$ 4.516.148.319,40** (quatro bilhões, quinhentos e dezesseis milhões, cento e quarenta e oito mil, trezentos e dezenove reais e quarenta centavos), ficou acima do montante da **Despesa Realizada**, no valor de **R\$ 4.481.367.347,76** (Quatro bilhões, quatrocentos e oitenta e um milhões, trezentos e sessenta e sete mil, trezentos e quarenta e sete reais e setenta e sete centavos).

Conclui-se que a Gestão financeira decorrente da execução orçamentária resultou em Superávit Financeiro de **R\$ 34.780.971,64** (Trinta e quatro milhões, setecentos e oitenta mil, novecentos e setenta e um reais e sessenta e quatro centavos).



6. BALANÇO PATRIMONIAL

Com base na movimentação do exercício e em consequência dos atos praticados pelo Governo, o Balanço Patrimonial evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público, além das contas de compensações.

Os itens do ativo permanente não sofreram correção, quanto ao passivo permanente, os valores relativos à dívida fundada interna foram corrigidos conforme os indexadores estabelecidos em cláusulas contratuais, e os da dívida fundada externa pela variação do dólar.

1 – Ativo Circulante	4.367.042.157,28
Caixa e Equivalente de Caixa	2.966.275.385,32
Demais Créditos e Valores de CP	599.548.503,68
Investimentos	474.490.833,83
Estoques	326.649.508,45
V.P.D. Pagos Antecipadamente	77.926,00
(-) Passivo Circulante	1.369.253.864,30
Superávit Financeiro do Exercício	2.997.788.292,98
2 – Ativo Permanente	2.461.736.054,57
Ativo Realizável a Longo Prazo	90.484.470,49
Investimentos	993.962.635,02
Imobilizado	1.376.189.917,29
Intangível	1.099.031,77
(-) Passivo Permanente	2.324.556.045,36
Superávit Permanente	137.180.009,21
3 – Posição Líquida Final	
Superávit Financeiro	2.997.788.292,98
Superávit Permanente	137.180.009,21
Saldo Patrimonial	3.134.968.302,19



7. VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária e indica o resultado patrimonial do exercício.

1 – Variações Patrimoniais Quantitativas Aumentativas

Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	895.737.696,05
Contribuições Sociais	81.354.465,53
Exploração de Bens e Serviços	5.354.059,57
VPA - Financeira	172.520.170,13
Transferência Recebidas	8.621.645.745,54
Valorização e Ganhos com Ativos	170.237,13
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	170.960.111,03
Subtotal	9.947.742.484,98

2 – Variações Patrimoniais Quantitativas Diminutivas

Pessoal e Encargos Sociais	2.001.880.581,62
Benefícios Previdências e Assistenciais	59.812.881,55
Uso de Bens e Serviços e Consumo de Capital Fixo	492.966.026,45
VPD - Financeira	622.904.511,14
Transferências Concedidas	6.637.691.630,29
Tributária	36.915.462,49
Desvalorização e Perda de Ativos	128.252.190,81
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	150.581.459,16
Subtotal	10.131.004.743,51

TOTAL DO PATRIMÔNIO DO PERÍODO	(183.262.258,53)
---------------------------------------	-------------------------

A variação de - R\$ 183.262.258,53 reduziu os efeitos dos resultados acumulados de exercícios anteriores (no valor de R\$ 3.318.230.560,72), o que resultou em um Patrimônio Líquido de R\$ 3.134.968.302,19.



IV. INDICADORES LEGAIS E CONSTITUCIONAIS

A Lei Complementar n 101/2000 – LRF, surgiu com o objetivo de estabelecer normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade da gestão fiscal, a fim de prevenir futuros desajustes financeiros na gestão pública, sendo um importante instrumento para avaliar a sustentabilidade da política fiscal dos entes públicos.

A LRF estabeleceu diversos indicadores que devem ser cumpridos pelo Estado, que são indicadores legais e, além destes, existem aqueles que a própria Constituição Federal estabeleceu, que são os limites mínimos de aplicação para a Saúde e Educação, chamados *indicadores constitucionais*. Esses indicadores são apurados por meio de demonstrativos que fazem parte do Relatório Resumido da Execução Orçamentária – RREO e do Relatório de Gestão Fiscal – RGF.

Tanto o RREO quanto o RGF são instrumentos de transparência que tem como objetivo permitir a sociedade o conhecimento, acompanhamento e análise do desempenho da execução orçamentária e da gestão fiscal dos gestores públicos. Anualmente a Secretaria do Tesouro Nacional, edita orientações através de manuais, que servem para a elaboração dos demonstrativos previstos na LRF.

O Governo do Estado do Amapá, em cumprimento a LRF, publica os Relatórios no Diário Oficial do Estado, disponibiliza no site da Secretaria do Estado da Fazenda – www.sefaz.ap.ap.gov.br no Portal de Transparência do Estado do Amapá.

8. RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

Conforme os arts. 54 e 55 da LRF, o relatório deve ser publicado até trinta dias após o encerramento de cada quadrimestre, sendo composto por anexos que contém informações referentes ao cumprimento dos limites decorrentes da aplicação da LRF. O RGF é atribuição dos titulares de cada um dos Poderes, bem como o Ministério Público, sendo que no último quadrimestre do ano, o Poder Executivo deverá publicar, também, o Relatório de Gestão Fiscal Consolidado abrangendo as informações de todos os Poderes e órgão de cada Ente.

Despesa de Pessoal

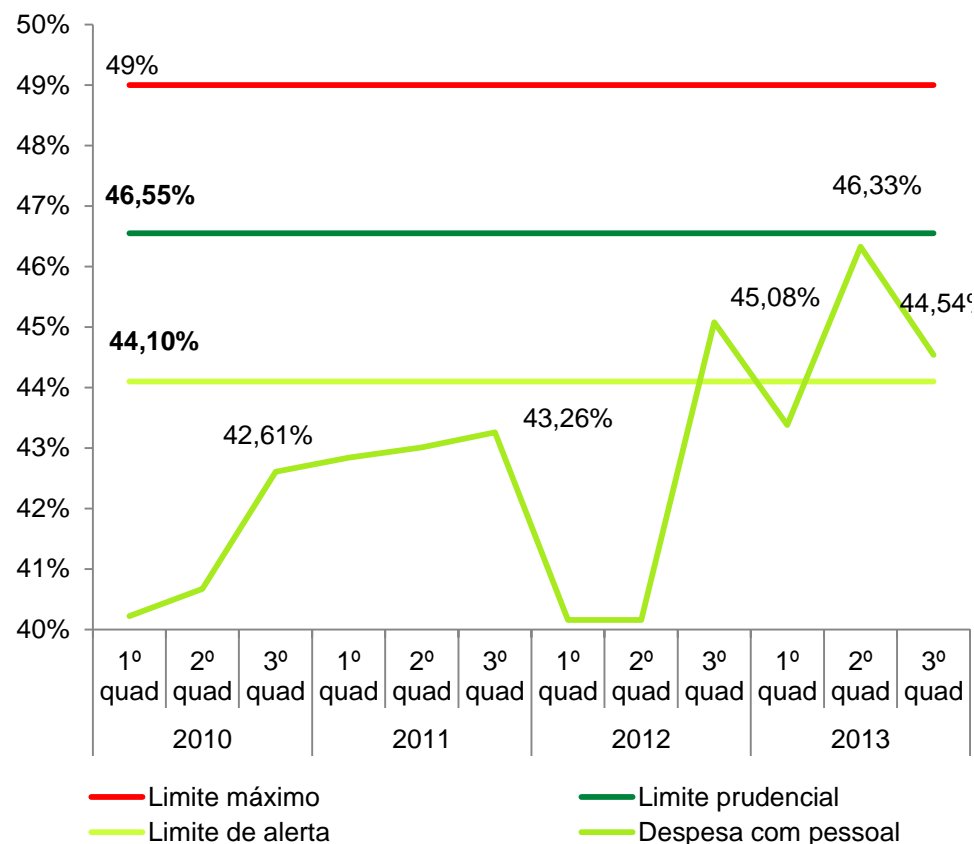
O art. 19 da LRF estabelece que a despesa total com pessoal, para os Estados, em cada período de apuração (últimos 12 meses), não poderá exceder a 60% dos limites da Receita Corrente Líquida – RCL, conforme tabela abaixo:

Poder	Limite Máximo (%/RCL)	Limite Prudencial (%/RCL)	Limite de Alerta (%/RCL)	% da Despesa de Pessoal – 2013
GEA	49,00	46,55	44,10	44,54
AL/AP	3,00	2,85	2,70	1,86
TCE				1,08
TJAP	6,00	5,70	5,40	4,34
MP	2,00	1,90	1,80	1,74
TOTAL	60,00	57,00	54,00	53,56



Abaixo, a evolução histórica do cálculo do limite do Pode Executivo, evidenciando que os percentuais concedidos geram resultados variáveis na despesa com pessoal:

LRF: Despesa de pessoal



Dívida Consolidada Líquida

O demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida que compõe o RGF, tem como objetivo assegurar a transparência das obrigações contraídas pelos Entes da Federação e verificar os limites de endividamento de que trata a legislação.

A Dívida Consolidada Líquida corresponde ao valor da Dívida Pública menos a disponibilidade de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos.

O cálculo do percentual é obtido sobre a Dívida Consolidada Líquida dividida pela Receita Corrente Líquida - RCL - apurada no Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO .

Os limites da dívida são definidos através da Resolução do Senado Federal nº 40/2001.

Apresenta-se, a seguir, o demonstrativo da Dívida Consolidada no exercício de 2013, bem como, gráfico com série histórica da Dívida Pública do Estado Amapá.



Demonstrativo da Dívida Fundada Interna e Externa

A Dívida Fundada representa os compromissos de exigibilidade, superiores a 12 meses, contraídos para atender ao desequilíbrio orçamentário ou ao financiamento de obras e serviços públicos que, para serem pagos dependem de autorização orçamentária.

DIVIDA FUNDADA INTERNA	SALDO EM 2010	SALDO EM 2011	SALDO EM 2012	SALDO EM 2013
LEI 9496/97	67.795.835,69	69.299.695,95	71.715.911,77	72.751.059,31
PROJETO 2010	10.343.338,00	5.104.844,42	3.959.472,22	2.751.183,20
FEDERALIZAÇÃO DA CEA	-	-	407.389.625,60	686.215.492,56
PROINVESTE	-	-	-	271.464.661,14
PMAE	-	-	-	1.283.640,00
PDRI	-	-	-	279.500.000,00
INSS	33.580.034,25	26.637.319,44	24.957.116,08	22.707.606,19
AMPREV	396.473.475,75	338.970.735,24	338.970.735,24	882.663.607,53
PEF I	130.793.333,32	113.733.333,28	96.673.333,24	-
PEF II	15.895.343,77	101.222.325,07	191.925.000,00	-
DIVIDA FUNDADA EXTERNA	2010	2011	2012	2013
BID	3.987.874,37	3.312.480,29	3.067.142,61	2.522.463,58
BIRD	5.479.671,08	5.479.671,08	4.424.740,99	3.177.551,45
TOTAL GERAL	664.348.906,23	663.760.404,77	1.143.083.077,75	2.225.037.264,96

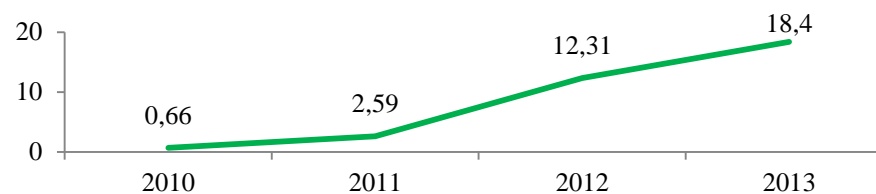
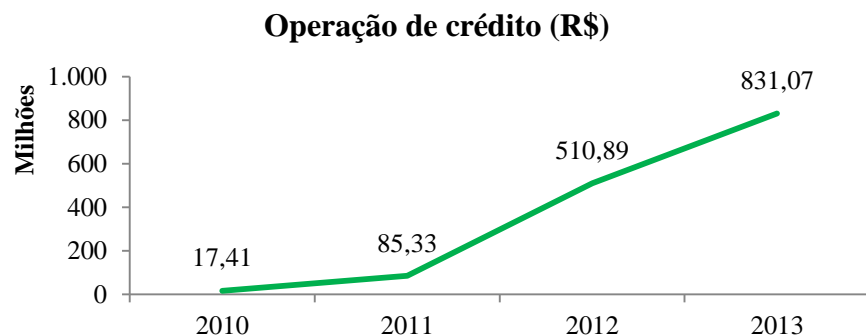


Operações de Crédito

O Demonstrativo das Operações de Crédito, abrange as operações de crédito internas e externas, inclusive por antecipação da Receita (ARO). Esse Demonstrativo é importante para prevenção de riscos e correção de desvios que possam afetar o equilíbrio das contas públicas, já que tais operações embutem riscos que geralmente refletem na cobrança de juros, os quais serão incorporados ao valor original da dívida.

No art. 29, inciso III, LC nº 101/2000, diz: *"Operação de Crédito corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros."*

Gráfico dos percentuais das Operações de crédito sobre a RCL:



O gráfico demonstra que o percentual de comprometimento das receitas de operações de crédito realizada, em relação a RCL, o Estado do Amapá sempre manteve-se abaixo do limite permitido.

No exercício de 2013 o percentual de 23,51%, decorreu de liberações de parcelas de operações de crédito que o Governo do Estado do Amapá celebrou com o BNDES e CEF, tais como: Programa PROINVEST, que executou a quitação integral da Operação PFE I e PFE II no valor de R\$ 271.464.661,14, bem como, liberações da 1 parcela do Programa PDRI no valor de R\$ 279.500.00,00, 1 parcela do PMAE na valor de R\$ 1.283.640,00 e também, liberação da 2ª parcela da Operação de Crédito da Federalização da CEA junto a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 278.825.866,96.

Operações de Crédito em relação à Receita Total

ANO	Operação de crédito	Receita Total	(%)
2010	17.405.014,85	2.623.461.619,23	0,66
2011	85.326.981,30	3.288.203.658,15	2,59
2012	510.887.300,53	4.148.688.233,62	12,31
2013	831.074.168,00	4.516.052.199,07	18,40



9. RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - RREO

De acordo com os arts. 52 e 53 da LRF, o Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO, é composto por: Balanço Orçamentário; Despesas por Função e Subfunção, Receita Corrente Líquida, Receita e Despesas do Regime de Previdência, Resultado Nominal e Primário, Restos a Pagar, Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE, Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde além desses o relatório apresenta alguns demonstrativos que devem ser apresentados no último bimestre para especificar as receitas e despesas no exercício.

A elaboração e publicação do RREO é atribuição do Poder Executivo de cada Ente da Federação, e a publicação deve ocorrer até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

O Governo do Estado procurou cumprir as exigências legais, e elaborou e publicou o RREO nos prazos previstos na LRF, assim como, cumpriu as determinações imposto pelo Tribunal de Contas do Estado, encaminhando o RREO para apreciações, bem como, disponibilizou na site da Secretaria de Estado da Fazenda e no Portal de Transparência do Estado.

Abaixo demonstrativo simplificado ao RREO referente ao último Bimestre do exercício de 2013, ressaltando que os dados estão consolidados com todos os órgãos de Governo, como também a execução dos Poderes.

RESULTADOS SIMPLIFICADO - RREO	TOTAL
Receitas Realizadas	4.644.976.434,
Despesas Executadas	4.492.574.800,
Superávit Orçamentário	152.401.633,
Despesas por Função/SubFunção	Total
Despesas Empenhadas	4.492.574.800,
Despesas Liquidadas	4.132.722.273,
Receita Corrente Líquida	3.535.062.382,
Resultado Nominal	332.360.766
Resultado Primário	-116.755.038,
Resultado Previdenciário	-68.324.993,
Restos a Pagar	
Processados	211.185.929,
Não Processados	324.032.374,
Receita Alienação de Ativos/Aplic. dos recursos	242.149,0
Despesas Derivados de PPP'S	0,00



Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino- MDE

O demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE apresenta os recursos públicos destinados à educação, provenientes da receita resultante de impostos e das receitas vinculadas ao ensino, as despesas com MDE por vinculação de receita, os acréscimo ou decréscimos nas transferências do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, o cumprimento dos limites constitucionais e outras informações para controle financeiro. O Art. 72 da Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, prevê a publicação nos relatórios expressos na Constituição. O Art. 165 da Constituição determina a publicação até trinta dias após o encerramento de cada bimestre do RREO, sendo que o art.52 da LRF, reafirma o prazo e informa a sua abrangência.

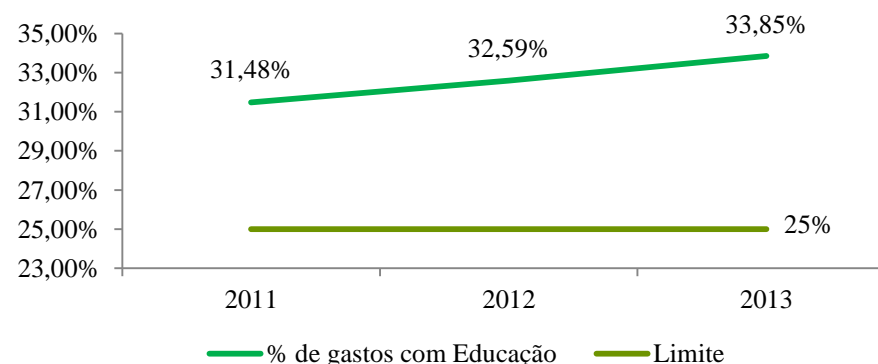
O demonstrativo tem por objetivo demonstrar avaliar o cumprimento dos limites mínimos de aplicação em MDE, do percentual da receita de impostos destinada ao FUNDEB, do limite mínimo de aplicação dos recursos do FUNDEB na remuneração do magistério da Educação Básica, bem como apresentar informações para fins de controle pelo governo e pela sociedade.

O Art.212 da Constituição Federal determina que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem aplicar, anualmente, em educação, nunca menos de 25% da Receita Corrente Líquida resultante de impostos e Transferências Constitucionais e Legais.

O Estado do Amapá cumpriu esse limite, aplicando 33,85% no exercício de 2013. A tabela demonstra que o Estado cumpriu os limites definidos na legislação:

Receitas e Despesas com Educação			
Especificação	Valor	Realizado (%)	Limite (%)
Receita Líquida de Impostos	2.951.622.708	-	-
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos na Manut. e Desenvolvimento do Ensino	999.034.179	33,85%	25,00%
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na remuneração do Magistério c/ Ensino Fundamental e Médio	479.432.467,	85,70%	60,00%

O gráfico abaixo mostra a evolução da despesa total com a Educação/AP:



Os dados expostos pelo gráfico acima mostram que o Estado vem cumprindo o limite mínimo de gastos com a educação, que é de 25,00% da receita resultante de impostos.



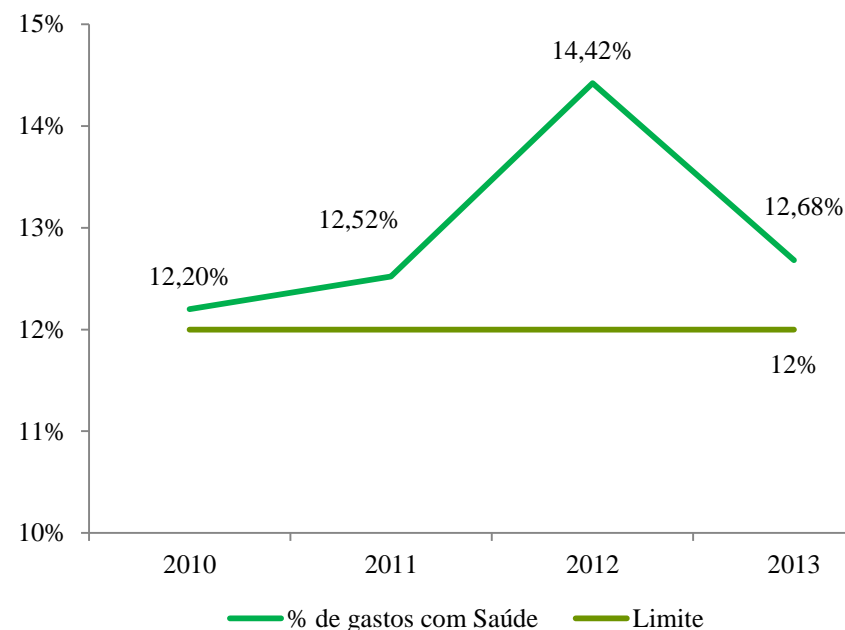
Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde

Nos termos da Emenda Constitucional n 29/2000 e Resolução n 322/2003 do Conselho Nacional de Saúde, os percentuais mínimos de vinculação orçamentária as ações e serviços públicos de saúde para os Estados são de 12,00% do produto da arrecadação dos impostos de natureza Estadual: ICMS, IPVA e ITCD; mais os recursos provenientes de Transferência da União de que tratam os artigos 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II da CF/88, deduzidas as parcelas transferidas aos Municípios.

A Lei Complementar n 141, de 13 de janeiro de 2012, regulamenta o § 3 do Art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente em ações e serviços públicos em saúde. Para efeito da aplicação da LC n 141/2012, considera-se despesas com ações e serviços públicos de saúde, aquelas voltadas para a promoção, proteção e recuperação da saúde.

No exercício de 2013 o Estado aplicou em saúde 12,68% da Receita Líquida resultante de impostos e transferências Constitucionais e Legais, cumprindo, assim, o limite mínimo de 12%.

Gráfico com a evolução das despesas com ações e serviços Públicos em Saúde:



O gráfico apresenta os limites mínimos com as despesas com ações e serviços públicos de saúde, nos últimos anos, mostrando que o Governo vem cumprindo o que determina a legislação.



V. NOTAS EXPLICATIVAS

Os Balanços e Demonstrações Contábeis, foram elaborados em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, princípios contábeis, disposições da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/1964, Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000 e a Lei Orçamentária nº 1.729, de 11/01/2013.

O Governo do Estado editou o Decreto n 6535, de 21/11/2013, que disciplinou os prazos e procedimentos administrativos de natureza orçamentária, financeira, contábil e patrimonial, relativo ao encerramento do exercício financeiro de 2013, editou, também, a Lei n 1.774, de 17/10/2013, referente a reestruturação administrativa transformando a Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Tesouro em Secretaria de Estado do Planejamento, a Secretaria Estadual da Receita em Secretaria de Estado da Fazenda, a Auditoria Geral do Estado e a Ouvidoria do Estado em Controladoria Geral do Estado, e cria a Secretaria de Governo do Estado do Amapá e a Secretaria das Relações Institucionais do Estado do Amapá.

A reestruturação ocorrida apresenta compatibilidade com os instrumentos de planejamento, não havendo novos programas e ações, apenas a manutenção dos já previstos e aprovados, sendo que para o exercício de 2014, as propostas de alteração para adaptação da LOA e PPA já foram encaminhadas para a Assembleia Legislativa para discussão, com tempo hábil para realização dos ajustes. O detalhamento para 2015 será discutido durante o exercício de 2014.

Para subsidiar a análise do Balanço no exercício de 2013, destacamos algumas particularidades ocorridas, conforme descrito a seguir:

I - Os Balanços e Demonstrações Contábeis estão sendo apresentados de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP constituindo-se dos órgãos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo, e a consolidação da execução orçamentária dos Poderes: Poder Legislativo, Poder Judiciário e Ministério Público, como também a Execução Orçamentária da Amapá Previdência - AMPREV.

1 - A Dotação Orçamentária Inicial no exercício de 2013, conforme LOA nº 1.729, de 11/01/2013, foi de R\$. 4.418.786.167,00 e ao final do exercício a Dotação Orçamentária Atualizada ficou em R\$ 5.729.683.363,00, demonstrando um acréscimo de R\$ 1.310.897.196,00.

2 - O Balanço Orçamentário apresenta um superávit orçamentário de R\$ 34.780.971,64 que é representado pela diferença a maior entre a execução da receita e da despesa orçamentária que deverá ser adicionado à coluna de Despesa Empenhada para igualar a execução da despesa orçamentária com a execução da receita orçamentária.

3 - O Balanço Financeiro demonstra os ingressos de recursos na ordem de R\$ 4.516.148.319,40, sendo que, R\$ 4.100.829.740,39 são destinação ordinária livre entre a origem e a aplicação de recursos, ou seja, para atender qualquer finalidade e, R\$ 1.125.248.457,48 são de destinação vinculada entre a origem e a aplicação de recursos, para atender uma finalidade específica estabelecida pela legislação.



4 - O Balanço Patrimonial demonstra o Ativo Financeiro que compreende os créditos e valores realizáveis independente de autorização orçamentária, bem como o Ativo Permanente que compreende os bens, créditos e valores, cuja mobilização ou alienação depende de autorização legislativa.

- Bens Móveis e Imóveis - Em 2013, o Governo do Estado do Amapá, através da Secretaria de Estado da Administração responsável pelo patrimônio do Estado, iniciou os trabalhos para fins de ajustes contábeis decorrentes da reavaliação dos bens, mas devido a dificuldades encontradas no primeiro momento, esse trabalho deverá se estender até o final de 2014.

5 - Precatórios - O Estado do Amapá aderiu ao Regime Especial de pagamento de Precatórios previsto no art. 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional nº62/2009. A adoção do Regime Especial, pelo prazo de (15) quinze anos, consiste em depósito em conta especial correspondente, anualmente, ao saldo total de precatórios somado a atualização prevista, sendo diminuído das amortizações e dividido pelo número de anos restantes no regime especial de pagamento.

A incorporação de precatórios após decisão judicial no exercício de 2014 é de R\$.7.278.425,40, totalizando um saldo devedor de R\$ 76.281.473,08. O passivo reconhecido da obrigação, conforme decisão judicial, somente poderá ser baixada com o recebimento da informação fornecida pelo Tribunal de Justiça, acerca do efetivo pagamento ao credor do precatório.

6 – No exercício de 2013 a AMPREV demonstra uma desvalorização em investimentos do RPPS na ordem de R\$ 128.214.141,56, que foi contabilização no final do exercício como dedução de receita.

Particularidades dos Poderes - Consolidação

1 – Assembleia Legislativa – Na consolidação do RREO foi apresentado pela Assembleia um valor executado de R\$ 136.626.842,88, já para a elaboração do Balanço a execução apresentada nos demonstrativos é de um valor a menor de 129.614.485,30. Promoveu-se ainda a entrega posterior ao prazo fixado (14/02/2014), o que reduziu o tempo disponível para consolidação.

2 – Tribunal de Contas do Estado – O Balanço Geral do TCE apresenta uma execução orçamentária acima da previsão atualizada: os demonstrativos apresentados registram um superávit no valor de R\$ 15.995.500,00, mas não há abertura do respectivo crédito adicional pelo Poder Executivo que pudesse viabilizar sua execução, conforme a legislação vigente. Na apresentação do Balanço, a Contadora descreve o ocorrido:

“Informamos a Vossa Excelência que de acordo com a Decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amapá, nos autos do Mandado de Segurança nº 0001094-71.2013.8.03.000/TJAP, Acórdão publicado no Diário da Justiça Eletrônico, nº 196, de 23/10/2013, os recursos decorrentes do saldo financeiro apurado no Balanço do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, exercício 2012, foram geridos no orçamento corrente do TCE/AP, nos termos dos incisos I e



IV do art. 8º, da Lei Complementar nº 010/95, c/c artigo 43, §1º, inciso I, da Lei nº 4.320/64, conforme Quadro de Detalhamento da Despesa – QDD, Anexo I, que é parte integrante da Resolução Executiva nº 050/2013-TCE/AP.”

Assim, considerando as limitações de competência desta Secretaria de Estado da Fazenda, e da necessidade de consolidação para prestação de contas, realizou-se a contabilização até o limite dos créditos autorizados, o que resultará em diferença entre os demonstrativos do TCE e os dados consolidados neste Balanço Geral, por questões externas. Abaixo demonstramos a diferença dos valores apresentados no Balanço Geral do TCE x os valores contabilizados na ocasião da consolidação:

Execução Despesa	TCE	ESTADO	Diferença
Empenhada	55.881.898,45	47.539.865,79	8.342.032,66
Liquidada	49.301.158,90	41.126.880,24	8.174.278,66
Paga	48.753.685,24	40.579.406,58	8.174.278,66
Restos a Pagar			
N Processados	6.580.739,55	6.412.985,55	167.754,00
Processados	547.473,66	547.473,66	0,00



VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS



A apresentação do Balanço Geral à Assembleia Legislativa e à sociedade amapaense buscou cumprir o objetivo primordial de subsidiar a avaliação das contas públicas do Estado do Amapá, com a demonstração transparente dos resultados alcançados no exercício de 2013. A consolidação das informações de todos os Poderes e Órgãos da Administração Pública Estadual resultantes da execução das ações governamentais referentes aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social foi traduzida em demonstrações e no presente relatório, que sintetiza com objetividade os principais resultados.

A primazia pela transparência – um dos nortes da atual gestão – é traduzida pelo constante aprimoramento do Portal da Transparência (que foi reformulado em 2013 para maior acessibilidade e ampliação das consultas), e pela apresentação deste Balanço Geral. Um conjunto de informações organizadas de forma clara e objetiva, em conformidade com as normas e princípios que regem a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, com a finalidade de fortalecer a interação entre o Governo e a Sociedade na busca dos melhores resultados possíveis. Resultados como o superávit da execução orçamentária no valor de R\$ 34.780.971,64, e a superação dos limites para gastos com saúde e educação.

São informações que comprovam, em números, o esforço fiscal da atual gestão para incremento de sua arrecadação própria, o que tem atenuado os efeitos negativos da estagnação dos repasses federais. No âmbito do CONFAZ, o Amapá é considerado como referência nacional no crescimento do ICMS, obtendo inclusive a classificação de maior incremento. Priorizou-se ainda a regularização das contribuições previdenciárias, entre outras inúmeras obrigações, elevando o Estado a condição de adimplência e regularidade, com a reversão do quadro anterior. Ações que irão garantir a sustentabilidade desta Unidade Federada e a prestação dos serviços à população amapaense.

A análise do resultado do exercício evidenciou, portanto, o esforço fiscal para o cumprimento dos limites mínimos constitucionais de aplicação em educação e saúde, bem como dos limites fixados pela Lei de Responsabilidade Fiscal para despesas com pessoal, dívida pública, operações de crédito, garantias e contragarantias e inscrição dos restos a pagar, o que reflete uma gestão fiscal responsável e equilibrada.

Encerra-se, assim, a apresentação do Balanço Geral do Estado do Amapá de 2013 e, na oportunidade, agradecemos a todos que colaboraram direta ou indiretamente para que esta importante tarefa fosse concluída com êxito e no prazo estabelecido, garantindo a demonstração dos resultados positivos e da gestão responsável e equilibrada, apesar do contexto recessivo atualmente enfrentado no contexto nacional e internacional.



VII. MENSAGEM DO GOVERNADOR

Mensagem do Governador na abertura dos trabalhos da Assembleia Legislativa em 2014:

“O período 2012/2013 foi marcado pelo grande esforço despendido para superar um quadro de enormes dificuldades encontradas no início de meu Governo, representado por obrigatoriedades de devolução de recursos de convênios com irregularidades na execução, dívidas estratosféricas com fornecedores, previdência dos servidores e pagamentos de consignados, entre outras.

Essa situação, além de colocar o Estado em uma situação de inadimplência e descrédito junto ao Governo Federal e organismos de apoio ao desenvolvimento, causou, em razão do nível de comprometimento dos orçamentos anuais com restos a pagar, limitações na execução das ações necessárias ao desenvolvimento do Amapá, ao longo desses três anos.

Além dos problemas de ordem financeira, tivemos que lidar com um Estado sucateado em suas estruturas com vícios e práticas nada condizentes com os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e transparência.

Esse passado de práticas de gestão não republicanas que resultaram em dívidas colossais com reflexos perniciosos no presente, é que diariamente nos esforçamos para corrigir. Consertar problemas dentro do universo da administração estadual, mudar vícios de gestão e preconizar práticas saudáveis e honestas tem sido o nosso grande desafio.

Hoje, muito temos a comemorar por obtenção de resultados positivos nesses propósitos:

- ☐ *As dívidas para com a previdência estadual, que somavam 891 milhões de reais, foram equacionadas através de acordo. Só em 2011, pagamos 80 milhões de reais para viabilizar o parcelamento da dívida, que estamos honrando religiosamente. São recursos que vão garantir a concessão de benefícios previdenciários aos servidores do Estado;*
- ☐ *As dívidas de consignação foram sanadas, somando desembolsos no valor total de 84 milhões de reais, propiciando que o nome dos servidores fosse retirado da lista de inadimplentes dos órgãos de proteção ao crédito, fato ocorrido por irresponsabilidade da gestão anterior;*
- ☐ *De dívidas com fornecedores, programas sociais, precatórios, pessoal e outros, encontramos o Estado com restos a pagar no valor 191,9 milhões de reais. Até o fechamento de 2013, conseguimos sanear parte dessa dívida, restando cerca de 14 % do montante inicial a pagar, correspondendo a 26,7 milhões de reais;*



- ☐ *Ainda por conta da irresponsabilidade da gestão passada fomos obrigados a devolver, por diversas irregularidades na sua aplicação, recursos conveniados no valor de 37,7 milhões de reais, dinheiro que deveria ter sido utilizado em obras sociais e de desenvolvimento econômico;*
- ☐ *As dívidas encontradas somaram mais de 1 bilhão de reais, fato que nos obrigou a restringir a execução orçamentária para fazer frente às obrigações não cumpridas. Para isso, promovemos contingenciamentos nos orçamentos anuais, resultando em restrições na execução de ações programadas.*
- ☐ *Na busca de racionalização de gastos visando o equilíbrio das contas públicas, fortalecemos o monitoramento e acompanhamento dos contratos existentes e as novas contratações de serviços e aquisição de bens. Nesse particular conseguimos reduzir despesas que exorbitavam os preços de mercado, a exemplo do contrato de fornecimento de alimentos para o IAPEN que custava aos cofres públicos cerca de 1,2 milhão de reais por mês, passando em 2011 a pouco mais de 800 mil reais, mesmo aumentando a população carcerária;*
- ☐ *Outra significativa decisão na área de gestão foi o equacionamento de 46 inadimplências que impediam o Estado de acessar recursos do Governo Federal e de organismos de desenvolvimento. A manutenção da condição de inadimplência nos deu a credibilidade perdida, permitindo restabelecer e celebrar importantes parcerias como obras do PAC, emendas parlamentares da bancada federal e com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDS;*
- ☐ *Destaco também a decisão de chamar os aprovados nos concursos públicos realizados pela administração anterior, cujas vagas eram preenchidas por contratos precários com fortes indícios de direcionamentos politiqueiros. Chamamos aqueles em espera e realizamos novos concursos, totalizando 5.628 convocações, sendo nomeados 3.844 servidores. Assim, estamos compondo o quadro efetivo do Estado e destinando políticas de desenvolvimento e valorização de RH. Nesse particular, ao longo desses três anos, concedemos reajustes salariais sempre acima dos índices inflacionários e, mesmo diante das dificuldades, estamos mantendo a regularidade de nossas obrigações patronais. (...)*

A situação da Companhia de Eletricidade do Amapá foi outra questão gravíssima que encontramos e tomamos a decisão política de enfrentar, mesmo sabendo que isso iria desagradar aqueles que sempre usaram a empresa de forma patrimonialista. Sua dívida extrapolou a cifra de 2 bilhões de reais e apresentou acentuado desequilíbrio econômico financeiro, inviabilizando sua governabilidade. Entre os motivos que explicam a gravidade da situação estavam as altas e crescentes perdas técnicas e comerciais, o congelamento da tarifa e o elevado grau de inadimplência da clientela, além de uma gestão temerária bancada pelo acionista majoritário, fatos que impediam a empresa de gerar os recursos necessários para honrar compromissos e realizar os investimentos demandados.



Decorrente dessa situação, a CEA passou a condição de inadimplente na aquisição de energia da Eletrobrás/Eletronorte e de combustíveis da Petrobras, configurando um vergonhoso calote. Fato também verificado no recolhimento de tributos e encargos, acarretando pesados ônus financeiros, resultando em constantes prejuízos e no acúmulo de dívidas, que culminou com a recomendação da ANEEL de caducidade de sua concessão.

A partir de 2011, tomamos a decisão de reverter a difícil situação, propondo ao Ministério das Minas e Energia a federalização da empresa, como medida mais viável para a solução dos problemas. Paralelamente, buscamos o equacionamento das dívidas existentes, destacando-se as seguintes medidas:

- ☐ *Remissão da dívida de ICMS, acumulada por mais de 10 anos, totalizando uma renúncia de receita da ordem de 235,3 milhões de reais, oficializada através do Decreto Governamental nº 1.679, de 10 de maio de 2012;*
- ☐ *Negociação junto a Eletronorte, resultando na remissão de multas e juros no montante de 563,2 milhões de reais;*
- ☐ *Pagamento de dívidas perfazendo um total de 407,8 milhões de reais, através de recursos captados junto a Caixa Econômica Federal, saldando dívidas com Eletrobrás, Ministério das Minas e Energia, FINEP, entre outras;*
- ☐ *Equacionamento do passivo contencioso da empresa, através de aporte de recursos para aumento de capital no montante de 1,4 bilhão, valor contraído junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Social.*

Em novembro de 2012, finalmente, foi firmado o Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado e a Eletrobrás para federalização da Companhia. Nele estão assentadas as condições e premissas visando à recuperação operacional, econômica e financeira da empresa, além, do estabelecimento de um modelo de gestão capaz de garantir a qualidade dos serviços e a adoção de um programa de redução de custos, finalizando com a transferência da gestão e do controle acionário para a Eletrobrás. Dentre as metas estabelecidas a partir da federalização, destacamos a integração do sistema elétrico estadual ao Sistema Interligado Nacional - SIN. (...)

O período 2011/2013 foi marcado pelo crescimento da economia brasileira abaixo do esperado, resultando no terceiro ano de crescimento modesto. A situação internacional exerce grande influência na economia nacional, especialmente quando se tem no contexto os Estados Unidos e a Europa, em razão da existência de alto estoque de investimentos de empresas desses países. As saídas de dólares do País apresenta comportamento que superam as entradas, gerando saldo negativo no fluxo cambial. São investidores transferindo suas aplicações para praças mais seguras.



O cenário com câmbio alto é positivo para poucos exportadores brasileiros que recebem em dólar, entretanto, isso prejudica a maioria da cadeia produtiva do País que compra matérias-primas precificadas pela divisa norte-americana.

De acordo com especialistas, o governo deve tomar medidas drásticas no curto prazo, do contrário, a inflação vai disparar. Se isso ocorrer, será preciso subir ainda mais os juros, o que tornará o crédito mais caro. A medida inibirá o consumo e segurar a inflação, mas, por outro lado, causará estragos sobre a decisão de investimentos.

O comportamento de alguns indicadores reflete essa conjuntura. O PIB brasileiro não confirmou as expectativas de crescimento, devendo ficar em 2,28% em 2013, contra uma previsão inicial de 4,5%. Para 2014, o avanço previsto de 3,5% já está sendo revisto para 2,8%. A inflação fechou 2013 em 5,91% superior à verificada em 2012 de 5,84%. O crédito bancário vem desacelerando desde 2011, impactando negativamente no crescimento da economia. Em 2010, o crescimento foi de 20,6%, passando para 18,8% em 2011, 16,4% em 2012 e para 2013 estimado em 14%.

A renúncia fiscal tem sido um dos instrumentos utilizados pelo Governo Federal para amenizar os efeitos da crise. Incentivar setores específicos da economia, como no caso da desoneração da cesta básica, e reduzir impostos, como: IPI para automóveis e eletrodomésticos, SIDE- Combustíveis e o IOF para o crédito a pessoa física são as medidas praticadas.

As desonerações tributárias atingiram 58 bilhões de reais até setembro de 2013, média mensal de 7 bilhões, fechando o ano em torno de 80 bilhões. Para 2014, o governo federal estuda medidas que podem elevar a perda de receitas com desonerações para valores acima dos R\$ 91,5 bilhões previstos.

O problema da renúncia fiscal é que ela deságua no FPE e FPM, compostos pela arrecadação de impostos, afetando o principal componente da receita estadual, com representatividade de 71% na sua totalização.

O aumento menos dinâmico do FPE, frustrando as expectativas de transferências, e a pressão para aumentar as despesas tem atingido fortemente a execução orçamentário-financeira do executivo. A baixa arrecadação federal só não tem sido mais impactante para o Estado, devido ao crescimento da arrecadação própria do ICMS, que vem aumentando, substancialmente, desde 2011. Entretanto, o total da arrecadação, embora crescente a cada ano, não tem sido suficiente para sanear as despesas totais da administração.

As transferências de FPE, durante o exercício 2013, apresentou um déficit entre programado e realizado de 12,9%, o que significou 272,1 milhões a menos da previsão inicial da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. A Receita Própria, por sua vez, variou positivamente em 23%, em relação ao inicialmente previsto, produzindo um superávit de 172,7 milhões, cobrindo parte do rombo deixado pela não realização do previsto com FPE. Só nos



exercícios de 2012/2013 são acumulados déficits de mais de 580 milhões de reais. Isso tem nos causado grandes dificuldades para alcance dos objetivos, visando o pleno atendimento das demandas da população. (...)

A exposição de nossas dificuldades e carências não se trata de lamentação, mas de termos em vista a dura realidade e os consequentes desafios que nos são impostos. Essa situação exige de nós, homens públicos, responsáveis pela destinação, gestão e controle dos recursos públicos, redobrados cuidados no emprego dos mesmos.

Apesar das grandes dificuldades enfrentadas, estamos conseguindo cumprir, em grande parte, os compromissos assumidos durante nossa campanha eleitoral, isso graças à recuperação da capacidade do Estado de acessar recursos extra orçamentários, com destaque para convênios celebrados com a União e captação de recursos de financiamentos, dos quais quero assinalar:

- ☐ *A celebração de 145 convênios com diversos ministérios, totalizando recursos no montante de R\$ 185 milhões, destinados às mais diversas áreas da ação governamental;*
- ☐ *PAC/CEF/BNDS voltados para o Saneamento totalizam recursos no valor de R\$ 159,7 milhões, dos quais R\$ 19,5 milhões correspondem a contra-partida do Estado;*
- ☐ *PAC/FNHIS Habitação, envolvendo 1ª e 2ª etapas do Macapaba, Aturiá e Congós, somam recursos da ordem de R\$ 307,9 milhões.*
- ☐ *Do BNDS as liberações já atingiram R\$ 806,3 milhões, sendo que R\$ 106,9 milhões realizados em obras concluídas e R\$ 699,3 milhões, sendo aplicados em obras em execução.*

O estabelecimento de parcerias nos tem permitido avançar no desenvolvimento do Estado. Entre as realizações quero sublinhar, conforme as áreas específicas da ação pública, as seguintes:

Na superação do colapso financeiro a ameaçar a governabilidade do Estado e no resgate da autoestima da população com os escândalos e corrupção, reforçamos a austeridade na administração das contas públicas de modo a reduzir despesas de custeio e redirecionar a utilização de recursos de forma mais eficaz e transparente.

Na Administração Tributária, o esforço fiscal produziu resultados acima da média regional e nacional, conferindo ao Amapá posição de destaque no ranking dos Estados. Destacamos as medidas de modernização combinadas com ações de fiscalização e indução do pagamento de débitos em atraso de forma espontânea, registrando-se, em 2013, 410 pedidos de parcelamento, perfazendo crédito da ordem de 18,8 milhões.



No estímulo através da política fiscal, foi reeditado, em 2013, o benefício de redução de 41,67% na base de cálculo incidentes nas operações de importação destinadas a comercialização na área de livre comércio, resultando em uma carga tributária de apenas 7%.

O modelo de gestão preconizado por nosso governo busca a integração geográfica ao desenvolvimento do Amapá, dando atenção a todas as regiões do Estado com o mesmo grau de importância. Esse modelo estimula a integração das ações da administração estadual com as municipais, produzindo parcerias com as prefeituras e outras esferas do poder público e com a sociedade civil.

Na inclusão social o principal objetivo é implantar, consolidar e aprimorar o Sistema Único de Assistência Social – SUAS, o que significa apoiar os 16 municípios do Estado, compreendendo a execução de programas e projetos com o foco prioritário na atenção às famílias e seus membros e indivíduos, tendo o território como base de organização.

O Programa Renda para Viver Melhor, que garante complementação financeira de ½ SM (R\$ 339,00) às famílias em situação de vulnerabilidade, com dependentes de 0 a 15 anos e renda “per capita” de até ¼ do SM, atendeu 17.832 famílias, 1% a menos que no ano anterior, totalizando benefícios pagos da ordem de R\$ 72,5 milhões de reais, 1,02% superior ao total pago em 2012.

No âmbito do Programa Luz para Viver Melhor, que tem como beneficiárias famílias com rendimento de até ½ SM, foram atendidas 12.500 famílias com o pagamento de suas contas de energia, totalizando 1,45 milhões de reais em contas pagas.

Na concessão de benefícios eventuais advindos de vulnerabilidade de caráter emergencial e/ou temporária, foram concedidos 358 benefícios de aluguel social às famílias do Perpetuo Socorro que tiveram suas moradias destruídas pelo incêndio, totalizando 1.075 beneficiários.

O ano de 2013 marca a instituição do "Programa Educa Jovem" destinado aos jovens de 18 a 29 anos, matriculados em escolas que possuem o Ensino de Jovens e Adultos, com o objetivo de promover o acesso à educação, através da concessão de uma bolsa no valor de 120,00 reais. Implantado a partir de outubro/2013, o Educa Jovem atendeu 1.429 alunos de 30 escolas em 7 municípios do Estado, totalizando benefícios da ordem de 514,6 mil reais.

Ainda na área da promoção social, atendendo a principal reivindicação das manifestações nacionais, através de parceria com a Prefeitura de Macapá, sancionamos a lei que garante gratuidade no transporte coletivo a estudantes carentes do ensino público. A partir de então, o pagamento da meia passagem fica reduzido a zero para os beneficiários do programa. Os custos estimados em 500 mil reais mensais serão assumidos pela parceria, cabendo ao Estado 2/3 do total e a Prefeitura 1/3 da conta. O importante é que quem mais precisa não vai pagar transporte para estudar.



Na Educação, durante o exercício 2013, foram aplicados recursos no montante de 938,7 milhões de reais, sendo que deduzidos os despendidos com pessoal desse total, o restante, cerca de 17%, foram aplicados nos demais itens de despesas e necessidades de investimentos, como: construção, ampliação e reforma de escolas, aparelhamento e reaparelhamento de escolas, formação e capacitação de profissionais da educação, alimentação e transporte escolar, locação de imóveis, manutenção de máquinas e equipamentos, energia, água, transporte, material de limpeza, informática e expediente, além de contrapartidas de convênios, convênios com prefeituras, ONGs e UDEs, entre outros.

Dentre os investimentos na educação destacamos a construção e a reconstrução de escolas, totalizando 14 novos prédios concluídos, 14 escolas reformadas, sendo 3 destas ampliadas e 46 com obras em andamento. No aparelhamento de escolas foi realizada a aquisição de 24.701 carteiras e 375 conjuntos professor, além da construção de 10 laboratórios. Também foram realizados serviços essenciais em 94 escolas, finalizando investimentos da ordem de 96,1 milhões de reais, o que permitiu acrescentar 545 novas vagas, totalizando 155.188 alunos atendidos em 414 escolas estaduais.

No objetivo de aumento da escolaridade acadêmica, foram contemplados 4.732 servidores, com cursos de formação inicial e continuada. Do quantitativo de docentes do quadro permanente, ainda temos cerca de 35% (4.399) sem nenhuma graduação. Em 2013 contratamos mais 416 docentes através de concurso público objetivando fazer frente ao crescimento da demanda escolar.

Na assistência ao educando foram atendidos 17,9 mil alunos com transporte escolar, 155,2 mil com alimentação escolar, 9.600 contemplados com a "Bolsa Auxílio Aluno" e 1.224 docentes com a "Bolsa Pagamento Professor e Técnico".

Na promoção da cultura foram celebrados 107 convênios/contratos em apoio à promoção, difusão e fomento artístico/cultural, contemplando, entre outros, indígenas, população afro-descendente, festividades religiosas e eventos artísticos, totalizando aplicações de recursos no valor de 15,3 milhões. São ações que consolidam e projetam a cultura amapaense no cenário nacional, fortalecendo a atividade de turismo.

A prática desportiva reveste-se de grande importância, seja pela sua função social ou na forma de desporto educacional e de rendimento. A ação governamental fez-se notar pelo apoio a todas as manifestações esportivas praticadas no Estado. Foram firmados 30 convênios com as mais representativas federações regionais, para patrocínio de campeonatos em diversas modalidades. Os eventos mais significativos apoiados pelo Estado foram:

☐ *A realização das Olimpíadas Escolares nos pólos Macapá, Santana, Pedra Branca e Ferreira Gomes, com a participação de 4.123 alunos/atletas, na faixa de 12 a 17 anos, de 62 escolas da rede pública estadual e 67 da rede particular;*



- ☐ *A participação na Etapa Nacional das Olimpíadas Escolares - Sub-14, composta por uma delegação de 180 pessoas, entre atletas e comissão técnica, de diversas modalidades; e*
- ☐ *A Participação nos Jogos Parolímpicos Nacional realizado em São Paulo, envolvendo uma delegação de 64 pessoas, entre atletas e comissão técnica.*

Na saúde pública os investimentos buscaram assegurar um atendimento mais digno e eficiente aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS). As ações nesse sentido envolveram a iniciação, continuação e conclusão de obras, o aparelhamento da rede de saúde, a intensificação dos programas "Visão para Todos" e "Mutirão das Cirurgias Ortopédicas", além da convocação de novos servidores e a capacitação de recursos humanos, entre outras.

Em 2013, foram concluídas as obras de reforma e ampliação do Hospital de Oiapoque, a de construção do Centro de Especialidades Odontológicas e de bases do SAMU em Mazagão, Ferreira Gomes, Porto Grande, Tartarugalzinho, Calçoene e Oiapoque. Iniciamos ou retomamos obras que se encontram em andamento, destacando-se a construção de base do SAMU em Laranjal do Jarí, a UPA Zona Norte, o Complexo Regulador do SUS, a Maternidade de Parto Normal, o Hospital da Criança e do Adolescente e o Hospital de Clínicas Alberto Lima.

No Hospital da Criança e do Adolescente as obras envolvem a construção do centro cirúrgico, contendo três salas de cirurgias e UTI com 17 leitos; administração; ambulatórios e apoio diagnóstico; além de enfermarias para 151 leitos e auditório para 110 lugares. No Hospital de Clínicas Alberto Lima a reforma e ampliação do prédio, possibilitará o aumento de 80 para 220 o número de leitos. A construção da Maternidade de Parto Normal, orçada em R\$ 6,1 milhões, está com suas obras em pleno andamento na Zona Norte de Macapá, devendo, quando operacionalizada, atender toda a demanda de partos normais, ficando a Maternidade Mãe Luzia com o atendimento aos partos de alto risco.

Na estruturação da rede pública de saúde, realizamos investimentos para a aquisição de equipamentos necessários a operacionalização do Hospital de Oiapoque, recém-inaugurado, e adquirimos equipamentos de alta complexidade, tais como mamógrafo e tomógrafo, destinados aos hospitais Alberto Lima e Emergência, somando aplicações em torno de 7 milhões de reais.

Estamos avançando. A missão de uma saúde de qualidade está sendo encarada com responsabilidade. Estamos fazendo os investimentos que deveriam ter sido feitos no passado. Buscamos o atendimento das necessidades do presente e a garantia de prestação de serviços no futuro.



O quadro de saúde da população sofre decisiva influenciada qualidade da água consumida. Enfermidades de grande incidência, como a hepatite A, febre tifoide, febre amarela, diarreia, cólera, amebíase e a malária podem ser provocadas pelo consumo de alimentos ou água contaminada. As taxas de mortalidade infantil também são influenciadas, pois as crianças são mais vulneráveis às doenças originadas pela ausência de água tratada.

É com esta visão que estamos enfrentando o desafio de tirar o Estado da triste posição de um dos últimos colocados no ranking de saneamento básico do país. Os investimentos em obras para água e esgoto sanitário, sendo licitadas ou em fase de execução, totalizam cerca de 160 milhões de reais. Nossa meta é beneficiar a população de todos os municípios amapaenses. Grande parte desses recursos será para a construção de novos sistemas de captação, tratamento e distribuição de água e recuperação e ampliação dos atuais sistemas.

O compromisso de atender com água tratada todos os municípios do Estado, até o final de 2014, aos poucos está sendo cumprido. Em 2013, inauguramos os sistemas de tratamento de água das cidades de Cutias e a 1ª etapa do sistema de Vitória do Jarí, com capacidade de atendimento de 100% e 85% dos domicílios, respectivamente. Inauguramos também o sistema de captação e tratamento da localidade de Gurupora no Município de Cutias, com produção suficiente para abastecer toda a população da localidade.

Estão em andamento obras de ampliação dos sistemas de água tratada de Santana, Ferreira Gomes, Porto Grande, Itaubal, Mazagão, Oiapoque, Calçoene, Pracuúba, Tartarugalzinho, Pedra Branca e Serra do Navio. São investimentos que vão garantir 100% dos domicílios atendidos com água tratada nas sedes desses municípios.

Em Macapá estamos realizando obras de implantação de redes primária e de distribuição na Rede de abastecimento de Água em diversos bairros, além de reforma e ampliação na localidade de Santo Antônio da Pedreira e no Distrito de Fazendinha, e de implantação nas comunidades quilombolas do Ambé, Conceição do Macacoari São Pedro dos Bois e Pirativa em Santana.

No setor de energia, a CEA em 2013, desenvolveu projetos de eletrificação urbana e rural e beneficiaram bairros, conjunto habitacionais, loteamentos e vias de acesso em todo o Estado. O resultado foi a ampliação do número de unidades de consumo em 4,8%, totalizando 8.313 novos clientes localizados na zona rural e urbana do Estado.

Para isso, investimos 5,9 milhões, compostos por recursos próprios e do erário estadual, na ampliação de redes de distribuição. Através de recursos do BNDS concluiu e estão em andamento obras de melhoria do nível de tensão dos alimentadores e de reforma e ampliação da rede de distribuição urbana em Macapá, Santana, Laranjal do Jarí, Oiapoque, Mazagão, Porto Grande, Serra do Navio, Pedra Branca e Tartarugalzinho, já totalizando recursos aplicados da ordem de 17,4 milhões, o que corresponde a 89,4% do programado.



Esses investimentos propiciaram a implantação de 70,2 km de rede de média tensão e 23,7 km de baixa tensão. O Programa de Recuperação de Perdas Elétricas, em 2013, investiu 2,4 milhões de reais na instalação de 19,1 mil novos medidores.

Através do "Programa Luz para Todos" a CEA cadastrou mais 959 novos consumidores, em 2013, totalizando 4.459 beneficiários do programa, promovendo o atendimento em energia elétrica à parcela da população que ainda não possui acesso a esse serviço público no meio rural. Destaco aqui o avanço da eletrificação rural na maioria das comunidades do Arquipélago do Bailique.

Na área de transportes, estamos executando obras de infraestrutura, que vão permitir romper o isolamento regional e fortalecer nossa economia pela integração dos municípios com a capital, via BR-156, abrindo caminho para o escoamento da produção, além de conforto e segurança no transporte de cargas e passageiros.

A programação de construção e pavimentação de rodovias envolve obras abrangendo importantes acessos para o desenvolvimento regional, como: Flexal/Pracuúba, BR-156/Amapá, Sto.Antônio da Pedreira/Sta.Luzia do Pacuí, São Joaquim do Pacuí/Cutias, Paulo/Itaubal, Mazagão Novo/Mazagão Velho e Duca Serra/Norte Sul. A ponte sobre o Rio Matapi é outro sonho que vamos tornar realidade, aposentando as balsas que estrangulam o fluxo de pessoas e cargas, abrindo as portas para o desenvolvimento da região.

Em 2013, realizamos 62,9 km de terraplanagem e 41,4 km de pavimentação, em trechos dessas ligações, destacando-se a conclusão da pavimentação das ligações da BR-156 com a cidade de Amapá, totalizando 28,1 km nos acessos bacabinhas e Base Área, a realização 5,3 km das etapas 1 e 2 da Norte Sul e 8 km da ligação Sto.Antônio Pedreira/Sta.Luzia Pacuí.

Na revitalização asfáltica de vias urbana foi realizado recapeamento de ruas e avenidas em Laranjal do Jarí, Santana e Macapá, melhorando o fluxo do trânsito em vias de demanda, como as ruas General Rondon, Guanabara, Cândido Mendes, Rodovia Duca Serra do Km 9 à BR-210 e Rua Santos Dumont até a 13 de Setembro e a rotatória da Claudomiro de Moraes.

Na área da habitação demos continuidade à retomada dos projetos habitacionais, colocando em prática as obras dos conjuntos Aturiá, Congós e Macapaba com 512, 397 e 4.366 unidades habitacionais, respectivamente, somando investimentos da ordem de R\$ 308 milhões, dos quais R\$ 44,9 milhões correspondem à contra partida do Estado.

Ainda falando de obras estruturantes, foram concluídos e estão em execução investimentos na área de urbanismo e em obras de reforma, ampliação e construção de prédios, equipamentos e espaços públicos, com destaque para a construção e revitalização de praças, creches, passarelas, arenas esportivas e centros comunitários. Através da SEINF, entregamos ou estamos em fase de finalização de obras como a 1ª etapa do Estádio Zerão, Muro



de Arrimo do Aturiá, Piers do Bairro Santa Inês, arenas esportivas em Pedra Branca, Santana, Porto Grande, Pracuíba e Macapá, além de passarelas em áreas de ressaca de Macapá e Bailique, entre outras. (...)

A despeito de uma conjuntura nacional desfavorável, conforme já citada anteriormente, o Amapá apresentou, ao longo desses três anos, resultados que superam os indicadores nacionais.

O PIB estadual em 2011 demonstra que a produção alcançou as cifras de R\$ 8,97 bilhões, apresentando crescimento real de 4,9%, comparados com o ano de 2010, enquanto o do Brasil foi de 2,9% e da Região Norte de 3,5%. Apesar da Atividade da Administração Pública manter a sua significação em termos de participação (48,7%), merece destaque o desempenho das atividades da indústria extrativa, pecuária e pesca, agricultura, silvicultura e exploração floresta, uma vez que apresentaram crescimento acima da média estadual. Os desempenhos de maior relevância são das atividades do comércio, transportes, Serviços Prestados às Empresas e de informações, que apresentaram crescimento acima de 13%%, alcançando até 24%.

A Balança Comercial, apesar de apresentar diminuição das exportações e importações, acompanhando o comportamento nacional, apresentou uma redução mínima de 1,07% no saldo, enquanto o saldo brasileiro sofreu queda de 86,8%. Destacamos o comportamento do comércio externo do Amapá e o crescimento da participação dos produtos industrializados na composição das exportações, que passou de 8,6% em 2012, para 65,2% em 2013. Em contrapartida a participação de produtos básicos (in-natura) caiu de 91,4%, em 2012, para 34,8% em 2013.

Na geração de empregos, nos últimos três anos, temos ocupado lugar de destaque no ranking regional e nacional de empregos com carteira assinada. O desempenho positivo dos principais setores da economia amapaense repercute favoravelmente para a obtenção desses resultados. Os últimos registros do CAGED/MTE, referentes ao Amapá, mostra crescimento das admissões com carteira assinada, passando de 30.894, em 2012, para 33.565, em 2013, verificando um crescimento de 8,65%.

As atividades de serviços, comércio e construção civil são as que mais contribuíram para o aumento do estoque de empregos, reflexo da retomada dos investimentos em inúmeras obras de grande porte. Por outro lado, a indução de atividades produtivas conforme vocações e potencialidades do Estado vêm sendo fundamental para o alcance desses resultados.

A Agência de Fomento do Amapá - AFAP, encontrada no início de meu governo em estado falimentar, apresentando situação operacional e patrimonial negativa e seriamente ameaçada de falência pelo Banco Central, foi recuperada e, atualmente, apresenta um crescente quadro de operações realizadas. Ela alcançou, nesses três anos, mais de 4 mil créditos concedidos, totalizando cerca de 20 milhões em investimentos nas mais diversas atividades econômicas e em empreendimentos produtivos que vão desde o ambulante, passando pela micro, pequena e até médias empresas. É importante destacar que cerca de 60% da concessão de crédito foi voltada para o empreendedor popular, que é excluído pelos bancos tradicionais.

São trabalhadores informais que não são computados pelo indicador de empregos do CAGED, mas que o Governo está permitindo trabalhar, gerando renda e ocupação na economia estadual.

No plano do desenvolvimento rural, a estratégia de governo, visando dinamizar a produção de forma sustentável, está consubstanciada no Plano Pro-Amapá Rural, que possui na sua composição programas estratégicos de fortalecimento das atividades do setor primário, destacando-se na sua execução:

O PROTAF, voltado para o fortalecimento da agricultura familiar, encaminhou 27 projetos de financiamento voltados para a produção e escoamento através do FRAP e estabeleceu 21 convênios voltados para a mecanização agrícola em vários municípios do Estado;

Através PROAGROINDÚSTRIA, que objetiva o aumento da área plantada e da produtividade da cultura da mandioca, foram construídas 11 casas de farinha de um total de 40 programadas até o final de 2014, a um preço médio por unidade de R\$ 80 mil reais.

Através do PROPESCA foram liberados recursos da ordem de 2,08 milhões de reais do FRAP para atendimento de 51 projetos voltados para a pesca artesanal e aquíicultura. Foram celebrados convênios para aquisição de 50 kits de pesca do camarão no Bailique, construção de fabrica de gelo em Calçoene e reforma da fabrica de Pracuíba, além da construção de 02 trapiches/atracadouros.

O PROEXTRATIVISMO liberou, através de convênios, recursos no montante de 390 mil reais para aquisição de ferramentas para manejo de açaiçais, atendendo 322 famílias extrativistas.

O PROPECUÁRIA efetivou o financiamento de 42 projetos de aquisição de animais, totalizando 1,28 milhão de reais aplicados.

As ações em parceria com o Governo Federal totalizaram investimentos no valor de R\$ 4,9 milhões de reais, sendo que 1,6 milhão são em projetos já concluídos e o restante 3,3 milhões está em execução, destinado para os mais diversos fins, tais como aquisição de tratores, implementos agrícolas, embarcações e veículos para transporte da produção, entre outros.

Na área da Indústria e Comércio destaco investimentos voltados para o apoio à industrialização e comercialização da produção, dos quais destacamos:

- ☐ *A ampliação da Unidade de Beneficiamento de Frutas da Colônia Agrícola do Matapi;*



- ☐ *A aquisição de um caminhão frigorífico para a Associação de Açougueiros de Laranjal do Jarí;*
- ☐ *A aquisição de um caminhão frigorífico para a Associação dos Produtores Rurais de Leite e Derivados do Município de Amapá;*
- ☐ *A reforma e adaptação do Matadouro no Município de Amapá;*
- ☐ *A reforma, adaptação e ampliação da fabrica de gelo da Colônia de Pescadores Z10 de Laranjal do Jarí. (...)*

O Amapá vive assim um ciclo de desenvolvimento, fruto de um trabalho persistente realizado nesses últimos três anos e que resulta na recuperação da credibilidade do setor público estadual.

A realidade está aí para ser transformada e não para que os governantes submetam-se, curvem-se e sejam domesticados pelas pressões. Reafirmo que a pior traição que um governante pode fazer é a de render-se diante da realidade, isto é ceder aos fatos. Adaptar-se às circunstâncias, entregar-se às conveniências...

Antes de encerrar, quero renovar meu agradecimento aos senhores e senhoras parlamentares, às entidades da sociedade civil, aos empresários, à bancada federal, aos servidores estaduais e ao governo central, por estarem nos ajudando nessa difícil e honrosa missão de recriar o Amapá em prol dos mais elevados interesses deste Estado e da sua gente.

(...)

Muito obrigado!

Palácio do Setentrião, 03 de fevereiro de 2014.

CARLOS CAMILO GÓES CAPIBERIBE
Governador



VIII. RELAÇÃO DE UNIDADES

ADMINISTRAÇÃO DIRETA

CÓDIGO	NOME
010101	ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ
020101	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAPÁ
030101	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ
040101	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADO DO AMAPÁ
060101	GABINETE DO GOVERNADOR
070101	PROCURADORIA GERAL DO ESTADO
080101	SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE REPRESENTAÇÃO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ EM BRASÍLIA
090101	SECRETARIA DE ESTADO DA COMUNICAÇÃO
100110	SECRETARIA ESPECIAL DE GOVERNO
110101	GABINETE DO VICE-GOVERNADOR
130101	SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO
130103	SISTEMA INTEGRADO DE ATENDIMENTO AO CIDADÃO
140101	SECRETARIA DA RECEITA ESTADUAL
150101	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TESOURO
160101	AUDITORIA GERAL DO ESTADO
170101	OUVIDORIA GERAL DO ESTADO
180101	SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
190101	CENTRO DE APOIO À COORDENAÇÃO SETORIAL
200101	SECRETARIA DE ESTADO DA INFRA-ESTRUTURA
210101	SECRETARIA DE ESTADO DO TRANSPORTE
220101	SECRETARIA DE ESTADO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO
230101	SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL
240101	SECRETARIA DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO
250101	SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
260101	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
270101	SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO
280101	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
290101	SECRETARIA DE ESTADO DO DESPORTO E DO LAZER
300101	SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
310101	SECRETARIA DE ESTADO DA INCLUSÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL
320101	DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
330101	SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA
340101	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ
350101	POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO AMAPÁ
360101	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR
370101	POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA
380101	SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA
390101	SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA
400101	SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO
410101	CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
900101	RESERVA DE CONTINGÊNCIA



ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Código	Nome
090201	RÁDIO DIFUSORA DE MACAPÁ
130203	ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO AMAPÁ
130204	AMAPÁ PREVIDÊNCIA
130205	AMAPA PREVIÊNCIA PLANO FINANCEIRO
130206	AMAPÁ PREVIDENCIA PLANO PREVIDENCIÁRIO
150201	CENTRO DE GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
150202	AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO AMAPÁ
200203	COMPANHIA DE GÁS DO AMAPÁ
200204	AGÊNCIA REGULADORA DE SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS DO ESTADO
200205	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO
220201	JUNTA COMERCIAL DO AMAPÁ
220202	INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS
230201	INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO ESTADO DO AMAPÁ
230202	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DE ORDENAMENTO TERRITORIAL
230203	AGÊNCIA DE PESCA DO AMAPÁ
230204	AGÊNCIA DE DEFESA E INSPEÇÃO AGROPECUÁRIA
230205	INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTA DO AMAPÁ
240201	AGÊNCIA DE FOMENTO DO AMAPÁ
250201	INSTITUTO DE PESQUISAS CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ
250202	UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAPÁ
250203	FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAPÁ
260201	INSTITUTO DO MEIO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO TERRITORIAL
280201	FUNDAÇÃO ESTADUAL DE CULTURA DO AMAPÁ
300201	INSTITUTO DE HEMATOLOGIA E HEMOTERAPIA DO AMAPÁ
300202	LABORATÓRIO CENTRAL DE SAÚDE PÚBLICA DO AMAPÁ
310201	FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
330201	INSTITUTO DE DEFESA DO CONSUMIDOR DO AMAPÁ
330202	INSTITUTO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO ESTADO



FUNDOS

Código	Nome
030301	FUNDO DE MANUTENÇÃO E REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA
030302	FUNDO DE APOIO AOS JUIZADOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE
040301	FUNDO ESPECIAL DE APOIO E DESENVOLVIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
070301	FUNDO PROG
220301	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E MINERAL DO ESTADO DO AMAPÁ
230301	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO RURAL DO AMAPÁ
240301	FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO DO AMAPÁ
240302	FUNDO DE APOIO AO MICROEMPREENDEDOR E DO DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO
250301	FUNDO DE AMPARO À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA
260301	FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS PARA O MEIO AMBIENTE
260302	FUNDO ESTADUAL DE RECURSOS HÍDRICOS DO AMAPÁ
290301	FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO DO ESTADO DO AMAPÁ
300301	FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE
310301	FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
310302	FUNDO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
310303	FUNDO ESTADUAL DO PASSE SOCIAL ESTUDANTIL
330301	FUNDO ESPECIAL DE REEQUIPAMENTO POLICIAL
360301	FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS